



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ANEXO I
PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

INDICE

- 1. OBJETO**
- 2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**
- 3. DEFINIÇÕES BÁSICAS**
- 4. DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**
- 5. DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**
- 6. DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS**
 - 6.1. PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS**
 - 6.2. PROGRAMA DE NECESSIDADES MÍNIMO**
 - 6.3. MODIFICAÇÕES NA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA ORIGINAL**
 - 6.4. COORDENAÇÃO**
 - 6.5. DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS**
 - 6.6. COMPATIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**
 - 6.7. SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**
 - 6.8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**
 - 6.9. TAXAS, EMOLUMENTOS, LICENÇAS E FRANQUIAS**
 - 6.10. SEGUROS E ACIDENTES**
 - 6.11. OUTRAS DESPESAS A CARGO DA CONTRATADA**
 - 6.12. ORIENTAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS**
 - 6.12.1. Fiscalização, Orientação e Controle**
 - 6.12.2. Comunicação e Registro de Ocorrências**
 - 6.12.3. Medição ou Aferição de Serviços**
 - 6.12.4. Recebimentos Provisório e Definitivo**
- 7. DAS ETAPAS DOS SERVIÇOS**
- 8. PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS**
- 9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
- 10. FORMA DE PAGAMENTO**
- 11. FISCALIZAÇÃO**

1 – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada para elaboração dos **PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA** para reforma, modernização e readequação com acréscimo de área, do edifício sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV localizado no seguinte endereço: SIA Trecho 6 - Lotes 130 e 140, CEP 71205-060, Brasília - DF.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

1.2. Faz parte do Projeto Básico a elaboração dos Projetos Legais para aprovação junto à CAP/SEGETH, Corpo de Bombeiros Militar do DF - CBMDF, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, CAESB, CEB, DETRAN, Vigilância Sanitária e outros mais que se fizerem necessários, além da obtenção de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) classe "A" em nível de projeto junto ao INMETRO.

1.3. Os Projetos deverão conter todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a realização do empreendimento, contendo de forma clara, precisa e completa, todas as plantas, indicações, detalhes construtivos e documentos complementares para a perfeita execução da obra, aquisição de materiais e equipamentos objeto deste Termo de Referência;

2 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida tem como finalidade o aprimoramento estrutural da instituição, a modernização de suas instalações para o atendimento ao crescimento do seu corpo funcional e a melhoria do atendimento ao público, e se justifica pelos motivos a seguir:

2.1. Necessidade de intervenções na edificação visando à manutenção e modernização dos sistemas de instalações. As instalações físicas básicas apresentam problemas desde o recebimento da obra inicial tais como:

- ✓ reservatório inferior sem interligação com caixas d'água na cobertura;
- ✓ drenagem insuficiente causando problemas de alagamento no pavimento térreo, interligação e nível das caixas de águas pluviais;
- ✓ rede de esgoto com problemas frequentes de entupimento;
- ✓ falta das caixas de inspeção;
- ✓ problemas de infiltrações em paredes;
- ✓ calhas e tubulações de águas pluviais subdimensionadas,
- ✓ rede elétrica fora de normas;
- ✓ adaptações nas redes elétricas;
- ✓ sistema de proteção contra incêndio fora de normas;
- ✓ diversos tipos de aparelhos de ar condicionado, inclusive de janela, *shafts* com instalações de água e eletricidade compartilhados, dentre outros;

2.2. Necessidade de adequação, ampliação e redistribuição do espaço físico existente de acordo com o mais recente organograma, prevendo espaços flexíveis para futuras expansões das equipes de trabalho;

2.3. À bordo da conscientização global pela preservação do meio ambiente, do uso racional dos recursos naturais, a exemplo de medidas tomadas pelo setor público, vide IN 01 e 02 do MPOG que torna obrigatória a etiquetagem energética das edificações públicas, inclusive em obras de *retrofit*, o CFMV, para buscar essa certificação necessita de assessoramento técnico especializado uma vez que o assunto requer conhecimentos e o uso de ferramentas específicas;

2.4. Necessidade de adequação das instalações físicas internas e externas às normas de Acessibilidade, em especial à NBR 9050:2015 em sua última revisão;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

2.5. Necessidade de adequação das instalações físicas às normas de Segurança contra Pânico, em especial a NBR 9077 - Saídas de Emergência em Edifícios, bem como as Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros Militar do DF - CBMDF;

2.6. Necessidade de aprovação das intervenções junto a diversas instâncias, além de Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE classe A);

2.7. O CFMV não dispõe em seu quadro de profissionais especializados para a elaboração de projetos de Arquitetura e Engenharia em nível de Projeto Executivo, passando pelas etapas intermediárias, inclusive os Projetos Legais e aprovação em todas as instâncias necessárias, bem como para assessoria na obtenção de etiquetagem energética e de sustentabilidade.

3 - DEFINIÇÕES BÁSICAS

3.1. Termo de Referência

Parte do Edital de Licitações, que tem por objetivo definir o objeto da licitação e do sucessivo contrato, bem como estabelecer o Conjunto de especificações, critérios de habilitação e equipe mínima, condições, diretrizes e procedimentos técnicos pelo CONTRATANTE para a contratação, execução, fiscalização e controle dos projetos e serviços.

3.2. CONTRATADA

Empresa ou profissional contratado, de acordo com a legislação em vigor, para a elaboração de projetos e serviços.

3.3. CONTRATANTE

Órgão da Administração Pública que contrata a elaboração de projeto de construção, complementação, modernização, retrofit, reforma ou ampliação de edificação ou um conjunto de edificações, neste caso o específico o CFMV.

3.4. Cronograma Físico-Financeiro

Representação gráfica (Sistema de Gantt) do andamento previsto para a obra ou serviço, em relação ao tempo e respectivos desembolsos financeiros. O Cronograma Físico-Financeiro é dividido em:

item: cada uma das barras horizontais do cronograma, ou seja, serviços individualizados necessários para a realização total do objeto do contrato;

etapa: cada uma das partes em que está dividido um item, correspondendo, a cada uma delas, uma parcela do prazo total de execução constante do cronograma;

fase: conjunto das diversas etapas do cronograma realizadas em determinado tempo.

3.5. Discriminação Técnica

Conjunto de materiais, equipamentos e técnicas de execução a serem empregados na execução dos serviços.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

3.6. Disposições Gerais

Conjunto de normas, instruções e procedimentos técnicos para a licitação, contratação e fiscalização dos serviços.

3.7. Especificações de Materiais e Equipamentos

Normas destinadas a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias-primas, produtos semiacabados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semiacabados.

3.8. Fiscalização

Servidor ou Equipe designado pelo CFMV que o representará e a quem a CONTRATADA deverá se reportar no acompanhamento sistemático da elaboração dos serviços e projetos de Arquitetura e Engenharia, verificando o cumprimento das disposições contratuais em todos os seus aspectos técnicos. Faculta ao CFMV a contratação de terceiros para auxiliar a equipe que representará o Órgão gozando dos mesmos direitos e deveres.

3.9. Instruções Técnicas

Conjunto de indicações para se tratar e levar a termo um serviço técnico de Arquitetura e Engenharia, definindo e caracterizando o seu objeto.

3.10. Medição ou Aferição de Serviços

Apuração dos parâmetros qualitativos e quantitativos e valores realizados nas obras ou serviços, com base em critérios previamente definidos no Projeto Básico / Termo de Referência. Casos omissos serão definidos com base nas orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União ou por sistemas técnicos oficiais.

3.11. Obra de Engenharia e Arquitetura

Trabalho segundo as determinações do projeto e das normas adequadas destinado a modificar, adaptar, recuperar ou criar um bem, ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural, doravante denominado simplesmente obra.

3.12. Prazo Global

É o prazo, em dias corridos, para a realização total das obras ou serviços, conforme estabelecido no Edital, nele excluindo-se o dia de início e incluindo-se o de conclusão das obras ou serviços.

3.13. Prazo Parcial

É o prazo, em dias corridos, para realização e verificação de cada uma das etapas apontadas em Cronograma Físico-Financeiro previstas no Ato Convocatório.

3.14. Projetista

Profissional ou equipe autor(a) e coautor(es) do(s) projeto(s).

3.15. Projeto

Definição qualitativa e quantitativa dos atributos técnicos, econômicos e financeiros de uma obra ou serviço, com base em dados, elementos, informações, estudos, discriminações técnicas, cálculos, desenhos, normas, projeções e disposições especiais.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

3.16. Estudo Preliminar

É o estudo inicial dos projetos a serem contratados, contendo a proposta de arquitetura para a reforma e modernização do edifício, desenvolvido pelos autores do projeto e disponibilizado e que contém as diretrizes fundamentais para desenvolvimento do Anteprojeto, do Projeto Básico, do Projeto Legal e do Projeto Executivo.

3.17. Anteprojeto / Projeto Legal

Conjunto de desenhos, discriminações técnicas, Caderno de Encargos e Especificações Técnicas e demais elementos que formam a definição completa da obra ou serviço, elaborado pela CONTRATADA, suficientes à sua aprovação nos órgãos competentes, até a obtenção do ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO.

3.18. Projeto Básico

Conjunto dos elementos que caracterizam a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, com a definição técnica e dimensional da solução adotada, contendo a concepção clara e precisa do sistema proposto, bem como a indicação de todos os componentes, características e materiais a serem utilizados, que possibilitam a estimativa de seu custo final e prazo de execução, sendo suficiente à contratação do mesmo.

Definição de acordo com o inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito, com especial atenção para as alíneas “e” e “f”:

“IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;”



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

3.19. Projeto Executivo

Conjunto de desenhos, discriminações técnicas, Caderno de Encargos e Especificações Técnicas e demais elementos que formam a definição completa da obra ou serviço, elaborado pela CONTRATADA, suficientes à sua execução completa dessa, objeto de contrato.

Definição de acordo com o inciso X do art. 6º da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:

"X - Projeto Executivo - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT".

3.20. Projeto Como Construído ("As Built")

Definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo, com as alterações e modificações ocorridas durante a execução.

3.21. Registro de Ocorrências

São todos os documentos gerados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como atas de reunião, diário de obra, correio eletrônico, livro de ocorrências, informações, formulários de mudanças ou alterações e ofícios entre outros, que subsidiam e comprovam a coordenação do objeto pela Fiscalização em conjunto com a executante, além de fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento do serviço. Caberá à CONTRATADA o registro diário e ao CONTRATANTE o registro a cada vistoria dos fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento dos serviços podendo tais registros ser desenvolvidos eletronicamente.

3.22. Serviços Técnicos Profissionais de Arquitetura e Engenharia

Serviços que envolvem atribuições profissionais de Arquiteto ou Engenheiro, relativos à supervisão, orientação técnica, coordenação, estudo, planejamento, projeto, especificação, assistência técnica, assessoria, consultoria, ensaio, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, elaboração de orçamento, apropriações e fiscalização, sondagens.

3.23. Atestado de Capacidade Técnica

O Atestado de Capacidade Técnica é a declaração fornecida por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que atesta a execução da obra ou a prestação do serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

Conforme o Art. 58 da Resolução nº 1025/09 do CONFEA, *"as informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado, devem ser declarados por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA"*.

3.24. Certidão de Acervo Técnico - CAT

Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que registrada a respectiva responsabilidade técnica – RRT/ART, nos Conselhos Profissionais, conforme o Art. 47 da Resolução nº 1025/09 do CONFEA. É obtido por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

4 - DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

4.1. A legislação abaixo constitui os documentos mínimos e obrigatórios a serem seguidos na elaboração dos projetos e demais documentos que compõem o rol de produtos a serem entregues à CONTRATANTE.

- Lei n.º 8.666 de 21 de Junho de 1993 – Lei de Licitações;
- Lei Distrital nº 2.105 de 08 de outubro de 1998 que define o Código de Edificações do Distrito Federal e/ou outra versão que vier a substituí-la, acrescentá-la, complementá-la;
- Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 que estabelece e regulamenta os critérios de execução da construção de edifícios públicos compatível com a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a NBR 9050: 2015 que estabelece os parâmetros de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos em sua revisão mais recente;
- Instrução Normativa Nº 2, de 4 de junho de 2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit.
- Orientação Técnica – OT – IBR 001/2006 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas – IBRAOP, que visa uniformizar o entendimento quanto à definição de Projeto Básico.
- Orientação Técnica – OT – IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Obras Públicas – IBRAOP, que visa uniformizar o entendimento quanto à definição de Obra e de Serviço de Engenharia, para efeito de contratação pela administração pública.
- Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio – SEAP;
- Normas Técnicas e Legislações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBM/DF, referente a detecção e combate à incêndio, pânico e outras providências, e em especial a NBR 9077;
- Normas ANVISA e Vigilância Sanitária do DF, RDC no. 216, Lei no 5.321, de 06 de março de 2014, dentre outras;
- Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, inclusive normas de Concessionárias de Serviços Públicos;
- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CAU e CREA/CONFEA;
- Dispositivos regulamentadores do Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho;
- O Gabarito e Normas de Edificações para o SIA, onde situado o imóvel, em especial a NGB 73-88, copiada em seguida:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

PROCESSOS:	030.013.496/88		
DECISÕES:	148/88 - CAUMA		
DATAS:	30.11.88		
DECRETOS:	11.432	19.728	
DATAS:	30.01.89	28.10.98	
PUBLICAÇÃO:	30.01.89	DODE Nº 206 DE 29.10.98	

1 - LOCALIZAÇÃO

Setor de Indústria e Abastecimento - Trechos 1, 2, 3, 4, 6 e 8 - Trecho 07 - Lotes 10, 20, 30, 40, 50 e 60.

2 - PLANTAS DE PARCELAMENTO

SIA - PR 2/1, 45/1, 55/1 e 62/1

3 - USO PERMITIDO

3a. Depósitos em geral
3b. Garagens e Oficinas
3c. Indústrias
3d. Comércio de prestação de serviços, exceto Hotéis, Motéis, apart/hotéis, pensões e pensionatos.
3e. Comércio de mercadorias varejistas e/ou atacadista.

OBS.: Para os usos acima, excluem-se os que envolvem a fabricação, manipulação e armazenamento de materiais inflamáveis e os que provoquem poluição ambiental conforme legislação específica da COAMA - Decreto 9466/86.

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO			
NGB - 73/88		SIA - SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO TRECHOS 1, 2, 3, 4 e 8 - TRECHO 7 Lts. 10, 20, 30, 40, 50 e 60 LOTES INDUSTRIAIS	
FOLHA: 01/08 *	COE: 090		
DATA: 30/11/88	PROJETO: <i>Marcosello</i> SÓRIA Dda	CONFERIR: <i>Elaine</i> ELIANE Dda	VISTO: <i>Helena</i> CECILIA Dda
		APROVO: <i>IVELBE</i> IVELBE Dda	
DeU/SVO — GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL			



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

4 - AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS



ENDEREÇO	FRENTE (m)	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
Trecho 01	20,00	20,00	3,00	3,00
Trechos 2, 3, 6, 7 e 8	20,00	5,00	3,00	3,00
Trecho 2 - Lote 2010	5,00	5,00	3,00	3,00
Trecho 04	20,00	- -	3,00	3,00

6 - TAXA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO

$(\text{Área total edificada} \div \text{pela área do lote}) \times 100$

$T_{\text{máxC}} = 200\%$ (duzentos por cento) da área do lote

7 - PAVIMENTOS

7a. NÚMERO MÁXIMO: 04 Pavimentos

7b. 1º PAVIMENTO - (térreo), destina-se a qualquer dos usos permitidos no item 3.

7c. 2º, 3º e 4º PAVIMENTOS - Destinam-se a comércio de prestação de serviços (idem ao item 3d.).

7d. SUBSOLO(S): Optativo(s) - Destina-se à garagem e depósito, desde que asseguradas a correta iluminação e ventilação naturais, com ocupação máxima de 100% (cem por cento) da área do lote.

As rampas de acesso e os poços de iluminação e ventilação, deverão se desenvolver dentro dos limites do lote, sendo permitido sua localização dentro das áreas dos afastamentos obrigatórios.

O número de vagas na garagem poderá ser computado no número de vagas exigido para estacionamento. A área em subsolo destinada para garagem não será computada na área total edificada permitida.

NGS 73/88 FL.02/06



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

7e. COBERTURA - É permitido a utilização de 40% (quarenta por cento) da área da cobertura.

- As áreas serão destinadas a lazer e atividades culturais.
- Todas as paredes de vedação, sejam quais forem os materiais, deverão distar 2,50m dos limites da construção.
- A altura máxima é de 4,00m para este pavimento não computados caixa d'água e casa de máquinas.

9 - ESTACIONAMENTO E/OU GARAGEM

É obrigatória a implantação de estacionamento de veículos dentro dos limites do lote, em superfície e/ou subsolo na proporção mínima de 1 vaga para cada 200m² (duzentos metros quadrados) de área construída.

Será considerada como área verde, 50% (cinquenta por cento) do estacionamento arborizado, na proporção de 1 (uma) árvore para cada 2 (duas) vagas. Poderá estar implantado nas áreas dos afastamentos obrigatórios.

10 - TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

É obrigatória a implantação de área verde (arborizada e/ou ajardinada), dentro dos limites do lote, com a taxa mínima de 15% (quinze por cento) da área do mesmo. Poderá estar implantada nas áreas dos afastamentos obrigatórios.

11 - TRATAMENTO DAS DIVISAS

O cercamento do lote será obrigatório nas divisas laterais e fundos, devendo ter altura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), podendo ser:

- 11a. do tipo grade ou alambrado em todas as divisas do lote.

NG 73 / 88 FL. 03 / 06



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

11b. do tipo cerca viva ou muro em todas as divisas, com exceção da testada voltada para a via de acesso ao lote.

Nesta divisa, poderá ser construído um cercamento do tipo misto (alvenaria e grade), desde que garantida um mínimo de 70% (setenta por cento) de transparência visual, de sua área em elevação.

12 - CASTELO D'AGUA

Será permitido a construção de torre ou castelo d'agua cuja altura deverá ser justificada pelo projeto de instalações hidráulicas ou exigência do Corpo de Bombeiros, devendo ser respeitados os afastamentos obrigatórios.

13 - RESIDÊNCIA DO ZELADOR

Será permitida a existência de uma unidade residencial para zeladoria, com área máxima de $68,00m^2$ (sessenta e oito metros quadrados), computada na área total edificada permitida.

14 - GUARITA

Será permitida, dentro do afastamento obrigatório, a construção de guarita, podendo para efeito de composição arquitetônico do conjunto do portão de entrada, ser constituída de uma edificação de até $6,00m^2$ (seis metros quadrados) ou duas edificações de até $4,00m^2$ (quatro metros quadrados) cada uma. Quando existir cobertura sobre os acessos, apoiadas nas duas guaritas em pilares ou em balanço, sua área não será computada no cálculo de área de construção estabelecido neste item e nem na área total edificada permitida.

Nº 73 / 88 FL. 04 / 06



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

15 - TRATAMENTO DAS FACHADAS

Será permitida a construção de marquise, para proteção dos acessos do pavimento térreo, desde que a distância de seu limite (beiral) e a divisa do lote não seja inferior a 1,00m (um metro). Os brises, nos pavimentos superiores, poderão avançar sobre os afastamentos obrigatórios, no máximo 1,00m (um metro).

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18a. Esta NGB é composta dos itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 18.

18b. MODULAÇÃO - Entende-se por módulo a unidade de 10,00m (dez metros) de testada, repetitiva, formadora de conjuntos ou quadras.

Trecho 1 - mínimo de 04 (quatro) módulos para formar 1 lote.

Trechos 2, 3, 4, 6, 7 e 8 - mínimo de 02 (dois) módulos para formar 1 lote.

18c. SUBESTAÇÃO ELÉTRICA - Será permitida a construção de subestação elétrica na área de afastamento frontal do lote, desde que distante 0,60m (sessenta centímetros) da divisa frontal, podendo incidir sobre o afastamento lateral.

18d. A CAIXA D'ÁGUA e CASA DE MÁQUINAS, sobre a cobertura, deverão fazer parte do conjunto arquitetônico.

18e. ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO - o número máximo de Unidades Comerciais (U.C) permitido para cada lote, deverá ser extraído da seguinte fórmula:

$$UC = \frac{\text{Área do lote}}{500,00m^2} \quad (\text{quinhentos metros quadrados})$$

No trecho 1 do SIA, será de 10 (dez) o número máximo

mt

NGB 73 /88 FL 05/06



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

de Unidades Comerciais, permitido para cada lote.

18f. AS CONSTRUÇÕES COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS que não possam atender integralmente ao gabarito constante nesta NGB, deverão ser encaminhadas previamente ao Departamento de Urbanismo/SVO.

18g. OS LOTES INDUSTRIAIS N^{OS} 10 A 40 DO TRECHO 01, para os quais foi estendido o uso para Posto Revendedor de Derivados de Petróleo, obedecerão as normas contidas nesta NGB e as constantes na NRA 015, no que couber.

18h. As normas constantes da presente NGB ficam estendidas a todos os lotes do Trecho 5 do Setor de Indústria e Abastecimento. Os Afastamentos Mínimos Obrigatórios serão os mesmos exigidos para os Trechos 2, 3, 6, 7 e 8.

18i. A exigência de vagas de estacionamento no Trecho 5 deverá obedecer a proporção constante da tabela em forma de anexo, conforme atividade a ser desenvolvida no(s) lotes(s). Quando a edificação possuir mais de uma atividade, o número total de vagas corresponderá ao somatório das vagas exigidas para cada atividade. As vagas referem-se a veículos de pequeno e médio portes.

18j. O item "15" - Tratamento das Fachadas - fica substituído por este, com a seguinte redação: "Para todos os lotes abrangidos por essa NGB 73/88 será permitida a construção de marquise para proteção dos acessos do pavimento térreo, desde que a largura desta limite-se a, no máximo, um terço do afastamento obrigatório. Os brises e varandas descobertas, nos pavimentos superiores, poderão avançar no máximo 1,00 (um) metro sobre os afastamentos obrigatórios. Os brises e varandas descobertas não serão computados na taxa máxima de construção".

A N E X O

TIPO DE ATIVIDADE		ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	Nº DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
Centro de Compras, Shopping Center	P1 D	De 1.200 a 2.500m ² > 2.500m ²	1 vaga para 35m ² 1 vaga para 25m ²
Depósitos	P1 P	De 400 a 2.500m ² > 5.000m ²	1 vaga para 150m ² 1 vaga para 200m ²
Prestação de Serviços	P1 P	500 < área < 1.500m ² > 1.500m ²	1 vaga para 45m ² 1 vaga para 35m ²
Indústrias	P1 P	De 1.200 a 2.500m ² > 2.500m ²	1 vaga para 150m ² 1 vaga para 200m ²

* Acréscimo de uma folha

NGB 73 / 88 FL. 06 / 06



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

*18k. Esta NGB 73/88 fica acrescida de uma folha e consequentemente alterada a numeração de suas folhas, para permitir a inclusão de notas relativas ao Decreto nº 22.316 de 9 de agosto de 2001;

18l. Conforme o Decreto nº 22.316 de 9 de agosto de 2001, art. 2º parágrafo único, esta NGB 73/ 88 será estendida a todos os lotes objeto do projeto URB MDE 055/2001 exceto para os lotes 340, 210 do Trecho 5 e 260 (PAC) do Trecho 12;

18m. Conforme o Decreto nº 22.316 de 9 de agosto de 2001, ficam alterados os itens desta norma, 1 Localização, 2- Plantas de Parcelamento, e 4-Afastamentos; da seguinte forma:

1 - LOCALIZAÇÃO Acrescentar Trecho 05 Lotes 95 a 190, Trecho 10 Lote 5, Trecho 12 Lotes 5, 105 e 200, Trecho 14 e Trecho 16; Alterar "Trecho 07 Lotes 10, 20, 30, 40, 50 e 60" para "Trecho 7 todos os lotes";

2 - PLANTAS DE PARCELAMENTO - Acrescentar à lista URB 055/01;

4 - AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS -Acrescentar o seguinte:

ENDEREÇO	FRENTE	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
Trecho 5 Lotes 95 a 190	20,00	5,00	3,00	3,00
Trecho 10	20,00	5,00	5,00	5,00
Trecho 12 Lotes 5, 105 e 200	20,00	5,00	5,00	5,00
Trecho 14	20,00	5,00	5,00	5,00
Trecho 16	20,00	5,00	5,00	5,00

18n. Conforme o Decreto nº 22.316 de 9 de agosto de 2001, fica alterado o carimbo da folha de rosto desta NGB 73/88 no seguinte: acrescentando "Trecho 05 Lotes 95 a 190 Trechos 10, 12 Lotes 5, 105 e 200, Trechos 14 e 16"; e substituindo "Trecho 07 Lotes 10, 20, 30, 40, 50 e 60" por "Trecho 7"

* Acréscimo de uma folha

NGB 73/ 88 - FLOBA/06



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

18.o *De acordo com o Decreto n.º 23.420, de 5 de dezembro de 2002, ficam incluídas notas no item 18 das Normas de Edificação, Uso e Gabarito NGB 73/88, referente ao Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, na Região Administrativa do Guará – RA X, da seguinte forma:

I. “Fica excluído o item 18.e – ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO”

II. O item 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. TRATAMENTO DAS DIVISAS:

Será obrigatório o cercamento de todos os limites do lote, com exceção das divisas das unidades que estejam voltadas para logradouro público limítrofe à via local, secundária ou às vias IA e IA 58.

O cercamento das divisas deverá respeitar os seguintes parâmetros:

- a) Altura máxima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
- b) Do tipo grade, alambrado, cerca viva ou muro nas divisas laterais e de fundo;
- c) Do tipo grade, alambrado, cerca viva ou solução mista, desde que garantido um mínimo de 70% (setenta por cento) de transparência visual de sua área em elevação, na divisa frontal.”

III. “Esta NGB fica acrescida de mais uma folha e consequentemente a numeração alterada, para permitir a inclusão das notas acima.”

18.p Este item foi incluído para acrescentar nota conforme o Decreto n.º 23.987 de 19 de agosto de 2003, reeditado pelo Decreto n.º 24.913 de 17 de agosto de 2004. Ficam alterados os itens desta norma: 1- localização, 2- Plantas de Parcelamento, e 4- Afastamento, da seguinte forma.

1- Localização, fica acrescido o trecho 17, e o novo endereçamento passa a ser:

Rua 1 lote 30, 50, 70; Rua 3 todos os lotes; Rua 4 lote 255; Rua 6 lotes 25, 75 e 115; Rua 8 todos os lotes; Rua 10 lotes 45, 85, 125, 285, 325, 415, 455, 495 e 535; Rua 12, Rua 14, Rua 15, Rua 17, Rua 20 todos os lotes; Via IA 4 lotes 465, 495, 525 a 1315, 1355 a 1700.

2- Plantas de Parcelamento: os lotes do trecho 17 compõem na URB 048/2000.

4- Os novos afastamentos mínimos obrigatórios para os lotes do trecho 17 são:

ENDEREÇO	FRENTE (m)	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
Trecho 17 (lotes descritos no item Localização)	5,00	5,00	3,00	3,00

NGB 73/88 FL. 06 B/06

- Outros dispositivos regulamentadores não citados, mas que sejam pertinentes ao assunto objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Todas as demais normas, leis, decretos, notas técnicas, instruções normativas dentre outras pertinentes.

5 - DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.1. Características da Edificação

I - O Edifício Sede do CFMV foi projetado e construído no final da década de 70 e início da década de 80, tendo passado por reforma em 2005/2006 antes da ocupação pelo CFMV. A obra de reforma não foi executada a contento, há muitos problemas principalmente em relação às instalações básicas de água, esgoto, drenagem e eletricidade. Também foram verificados problemas nos sistemas de combate a incêndio, como já apontava o Laudo de Recebimento Definitivo da Obra, de 16 de setembro 2006, elaborado pelo Instituto de Engenharia de Avaliação e Perícia IBAPE DF que, além dessas, verificou diversas outras pendências construtivas.

II - O projeto da reforma foi elaborado pelos arquitetos Ataliba Teixeira e Marina Fontana, tendo sido aprovado pelo GDF em 16/06/2005 sob o processo de número 033817/76. Há projetos de instalações elétricas e hidrossanitárias, porém o próprio Laudo não recomenda a utilização dos mesmos como base confiável, pois houve descumprimento do projeto na execução das obras de reforma. Demais projetos não foram encontrados. Com relação aos projetos de arquitetura, já não refletem a distribuição interna de ambientes e espaços do CFMV. Torna-se portanto, necessário e imprescindível a elaboração dos projetos as-built e levantamentos físicos e cadastrais da edificação.

III - A edificação possui Habite-se sob o número 128/80, portanto as plantas originais encontram-se microfilmadas e arquivadas no rolo 055 - fotograma 331 a 340. Após o habite-se foi executada uma ampliação no galpão, que reflete as dimensões atuais. Demais plantas de arquitetura estão arquivadas na Administração do SIA. O número do processo é o 033817/76. No processo há ainda uma planta de fundações (estacas).

IV - Conta com uma população fixa de aproximadamente 90 funcionários, inclusive terceirizados. Possui área de aproximadamente 1.280,60 m², distribuída em subsolo, térreo, mezanino, três pavimentos tipo e cobertura, a ser reformado. A edificação possui um espaço contíguo em tipologia de galpão, ocupado com áreas de trabalho no térreo e pavimento superior e salão com pé-direito elevado e área de aproximadamente 937,20 m², a ser demolido. A área indicada em alvará de construção é de 1.686,61 m². A área aferida é de 2.253,80 m².

V - Está locada no centro de dois lotes de 1.000,00 m² cada, totalizando 2.000,00 m² de terreno, contando guarita, estacionamento de superfície com 18 vagas, circulação interna de veículos e jardins.

VI - Há necessidade de ampliação e modernização dos seus espaços de trabalho existentes, dentre outras intervenções.

VII - Há que se verificar a necessidade de criação de novas vagas internas ao lote, em função do aumento de área construída.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

VIII - Da mesma forma, busca-se uma edificação o mais eficiente possível do ponto de vista energético e operacional, de acordo com as atuais e mais recentes premissas de sustentabilidade, instruções normativas, regulamentos de etiquetagem de edifícios públicos, mas especificamente a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DE 4 DE JUNHO DE 2015, que dispõe sobre regras para a aquisição de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebem retrofit, garantindo a obtenção da ENCE Parcial da Edificação Construída classe "A".

5.2. Planilhas de Ambientes e Espaços Existentes

ÁREAS EXTERNAS EXISTENTES		
PAV. TÉRREO		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	GUARITA	160x170
2	BANHEIRO GUARITA	95x170
3	VAGAS DESCOBERTAS	16
4	VAGAS COBERTAS	2

PRÉDIO EXISTENTE		
SUBSOLO		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	Hall subsolo	200x600
2	S.01 – SALA DE TREINAMENTO	680x710
3	S.02 – SEGURANÇA (CFTV)	150x200
4	S.03 - DEPÓSITO	150x200
5	S.04 – ARQUIVO MORTO	475x600
6	S.05 - DEPÓSITO	475x300
7	S.06 – NOBREAK	450x655
8	S.07 – SERVIDORES (DTA CENTER TI)	335x455
9	DEPÓSITO / BOMBAS (sob escada)	137,5x452,5
10	POÇO VENTILAÇÃO 1	250x100
11	POÇO VENTILAÇÃO 2	540x100
12	POÇO VENTILAÇÃO 3	1150x100
13	ESCADA	275 x 452,5
14	ELEVADOR	195 x 160

PRÉDIO EXISTENTE		
PAV. TÉRREO		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

1	RECEPÇÃO	647x881
2	ESPERA	390x475
3	APOIO RECEPÇÃO	137,5x452,5
4	HALL PAVIMENTO TÉRREO	195x463/237,5x395
5	T04-AGEAD	430x810
6	SALA TV	333x452
7	BANHEIRO MASCULINO	147,5x200
8	BANHEIRO FEMININO	147,5x200
9	ESCADA	137,5 x 452,5
10	ELEVADOR	195 x 160

PRÉDIO EXISTENTE		
MEZANINO		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	101 - BIBLIOTECA	452x782
2	102 - ARQUIVO HISTÓRICO	333x452
3	HALL MEZANINO	(dim irregular) 195x2000
4	HALL BANHEIROS	465x133,5
5	BANHEIRO MASCULINO	170/185x223,5
6	BANHEIRO FEMININO	185x214
7	ESCADA	275 x 452,5
8	ELEVADOR	195 x 160

PRÉDIO EXISTENTE		
1o PAVIMENTO (identificado como 2º pavimento)		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	HALL 1o PAVIMENTO	195x463,5/215x560
2	200 - CORREGEDOR	333x452
3	201 - TESOUREIRO	310x452
4	202 - SALA DE COMISSÕES 1	310x452
5	203 - SALA DE COMISSÕES 2	565x452
6	204 - APOIO	215x335
7	205 - ASJUR	580x452
8	206 - GABINETE ASJUR	305x452
9	HALL BANHEIROS	2,875x90/203,5/110
10	BANHEIRO MASCULINO	117/203,5/115x250
11	BANHEIRO FEMININO	107/108x187,5
12	BANHEIRO PRIVATIVO	150x110/203,5
13	ESCADA	275 x 452,5
14	ELEVADOR	195 x 160

PRÉDIO EXISTENTE



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

2o PAVIMENTO (identificado como 3º pavimento)		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	HALL 2o PAVIMENTO	195x463,5/195x300
2	305 - SALA DE REUNIÃO	333x452
3	301 - SECRETARIA GERAL	395x452
4	302 - SEDIR	395x452
5	303 - VICE-PRESIDÊNCIA	395x452
6	AGES	675x595
7	304 - GABINETE AGES	465x300
8	HALL BANHEIROS	2,875x90/203,5/110
9	BANHEIRO MASCULINO	117/203,5/115x250
10	BANHEIRO FEMININO	107/108x187,5
11	BANHEIRO PRIVATIVO	150x110/203,5
12	ESCADA	275 x 452,5
13	ELEVADOR	195 x 160

PRÉDIO EXISTENTE		
3o PAVIMENTO (identificado como 4º pavimento)		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	HALL 3o PAVIMENTO	195x463,5
2	RECEPÇÃO PRESIDÊNCIA	375x330
3	401 - GABINETE PRESIDÊNCIA	453x453
4	402 - SALA DE REUNIÕES	453x725
5	403 - SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	235x508
6	404 – GAPRE / APOIO AEPRE	445x490
7	405 - AEPRE / ASSESSOR	345x420
8	406 – AGES / GESTÃO ESTRATÉGICA	333x452
9	HALL BANHEIROS	2,875x90/203,5/110
10	BANHEIRO MASCULINO	117/203,5/115x250
11	BANHEIRO FEMININO	107/108x187,5
12	BANHEIRO PRIVATIVO	150x110/203,5
13	ESCADA	275 x 452,5
14	ELEVADOR	195 x 160

PRÉDIO EXISTENTE		
COBERTURA (identificado como 5º pavimento)		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	HALL COBERTURA	195x460
2	COPA	200x468
3	SALA DE APOIO	250x468
4	ARQUIVO ASJUR	150x468



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

5	PLENÁRIO	650x1150
6	BANHEIRO MASCULINO	117/203,5/115x250
7	BANHEIRO FEMININO	107/108x187,5
8	ESCADA	275 x 452,5
9	CASA MÁQUINAS ELEVADOR	334x452,5/220x160

GALPÃO EXISTENTE		
PAV. TÉRREO		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	HALL PAV. TÉRREO	350x157,5/200x2800
2	ESCADAS (2)	100x300
3	A06 – AGEAD APOIO	452x420
4	GAB CHEFIA ADEAD	235x420
5	A08 - REPROGRAFIA	200x420
6	DESPENSA	323x420
7	COZINHA 1	560x420
8	COZINHA 2	200x420
9	A17 - AGEAD	270x420
10	A18 - AGEAD RH	690x335
11	DEPÓSITO 1 ALMOXARIFADO	145x308
12	AGEAD ALMOXARIFADO E	665x308
13	DEPÓSITO 2 ALMOXARIFADO	425x303
14	A09 - AGEAD	555/320x985
15	PASSAGENS	277x215
16	COFRE	360x215
17	SALA DESCOMPRESSÃO	450x705
18	COPA	659x232
19	VESTIÁRIO MASCULINO	195x420
20	VESTIÁRIO FEMININO	195x420
21	BANHEIRO MASCULINO	120x200
22	BANHEIRO FEMININO	120x200

GALPÃO EXISTENTE		
PAV. SUPERIOR (pavimento com pé-direito = 2,15m)		
	AMBIENTE	DIMENSÕES APROXIMADAS
1	HALL PAV. SUPERIOR	244x1785
2	ESCADAS (2)	100x300
3	A25-AGEAD - COMPRAS E LICITAÇÃO	425x655
4	DEPÓSITO – COMPRAS E LICITAÇÃO	425x230
5	24-APROC	465x660
6	A23-APROJ	465x490
7	AGEPE	805x465



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

8	ASCOM	1050x465
9	A30-TI	425x590
10	A22-TI	425x225
11	GAB CHEFIA TI	425x230
12	CIRCULAÇÃO INTERNA DEPÓSITO/MANUTENÇÃO	455x230
13	DEPÓSITO DEPAD	405x460
14	SALA DA MANUTENÇÃO	180x1200
15	BANHEIRO MASCULINO	120x200
16	BANHEIRO FEMININO	120x200

Observação : Todas as dimensões são referenciais aproximados e podem conter variações, inclusive em função de eventuais mudanças internas no layout. A CONTRATADA deverá conferir todas as medidas in loco, através de levantamento as-built, como forma de subsidiar todos seus projetos e estudos, especialmente as etapas de arquitetura.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

5.3. Registro Fotográfico Básico



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

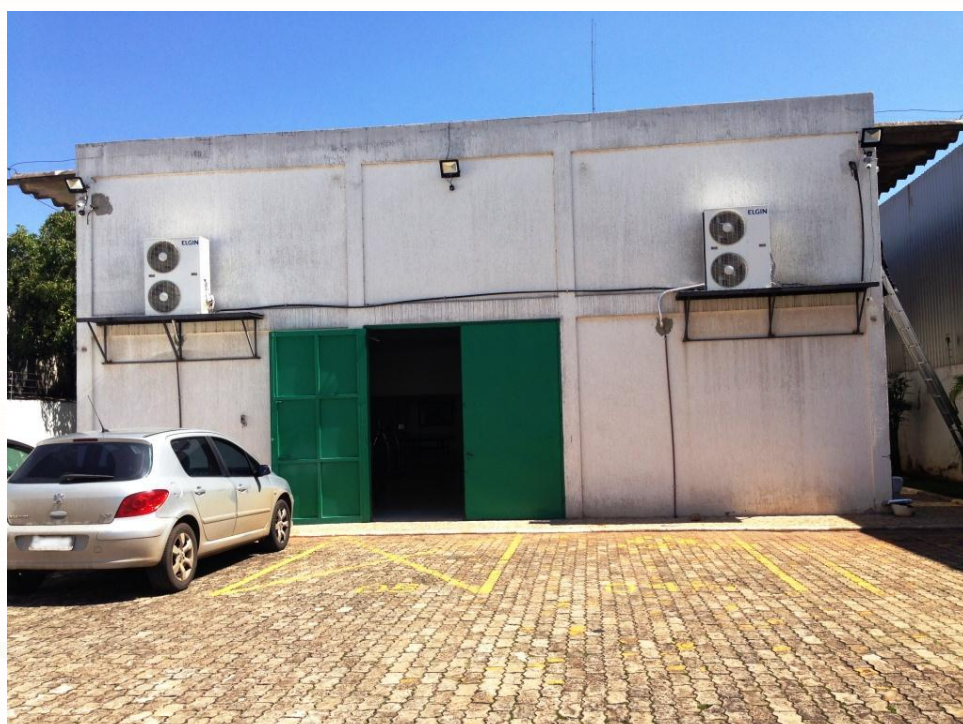


CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

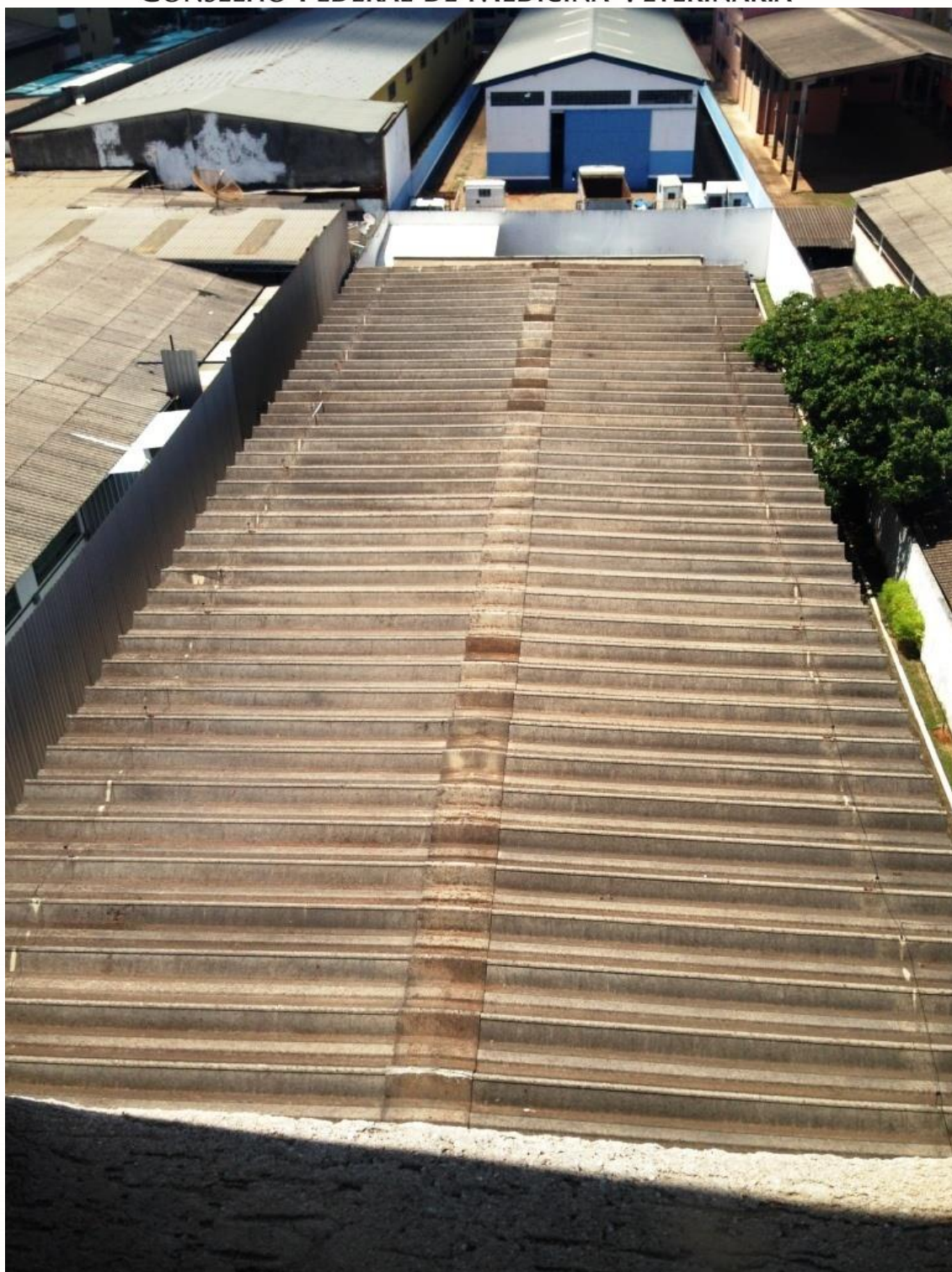


CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA



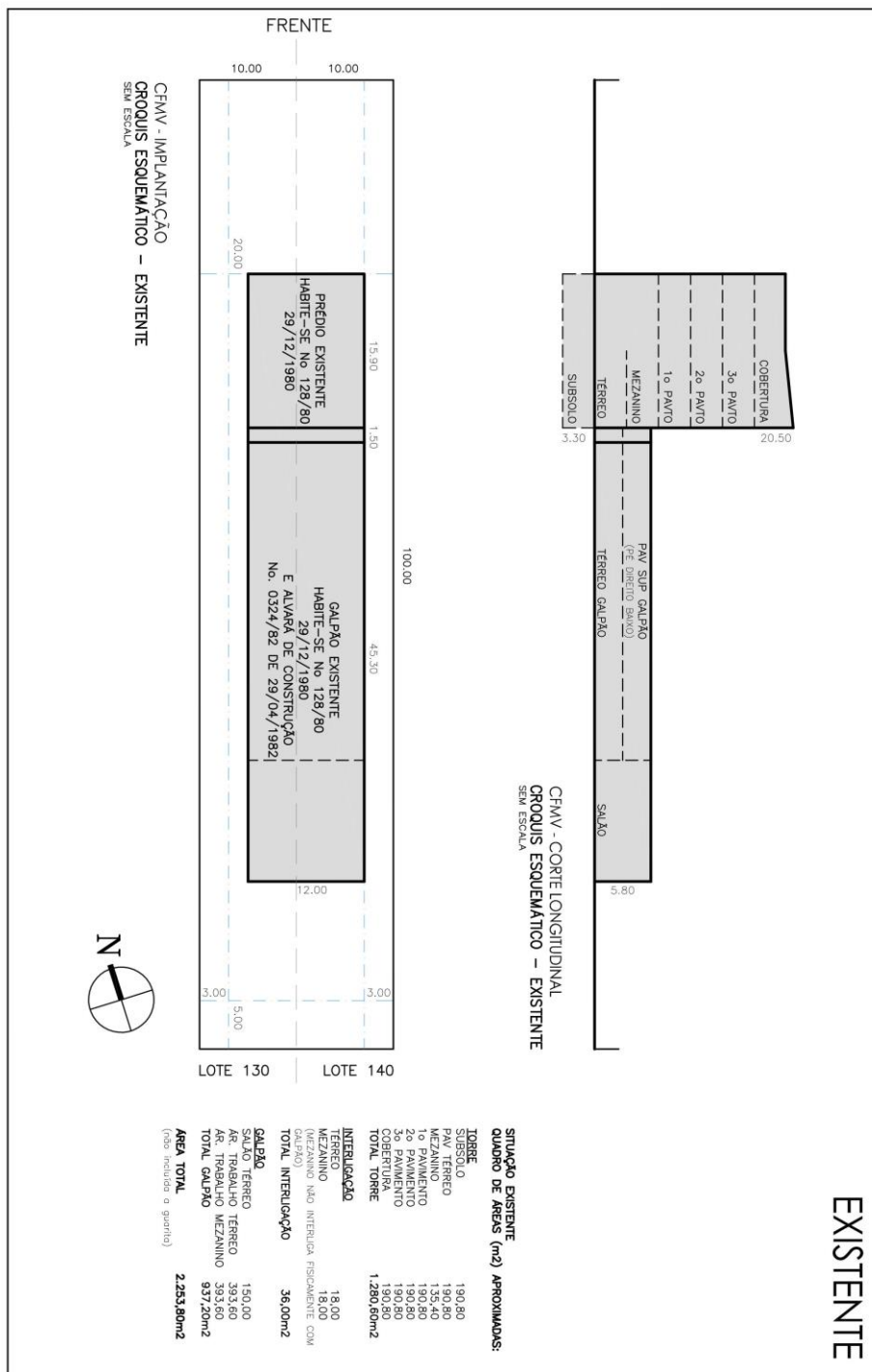
CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

5.4. Croquis Situação Existente



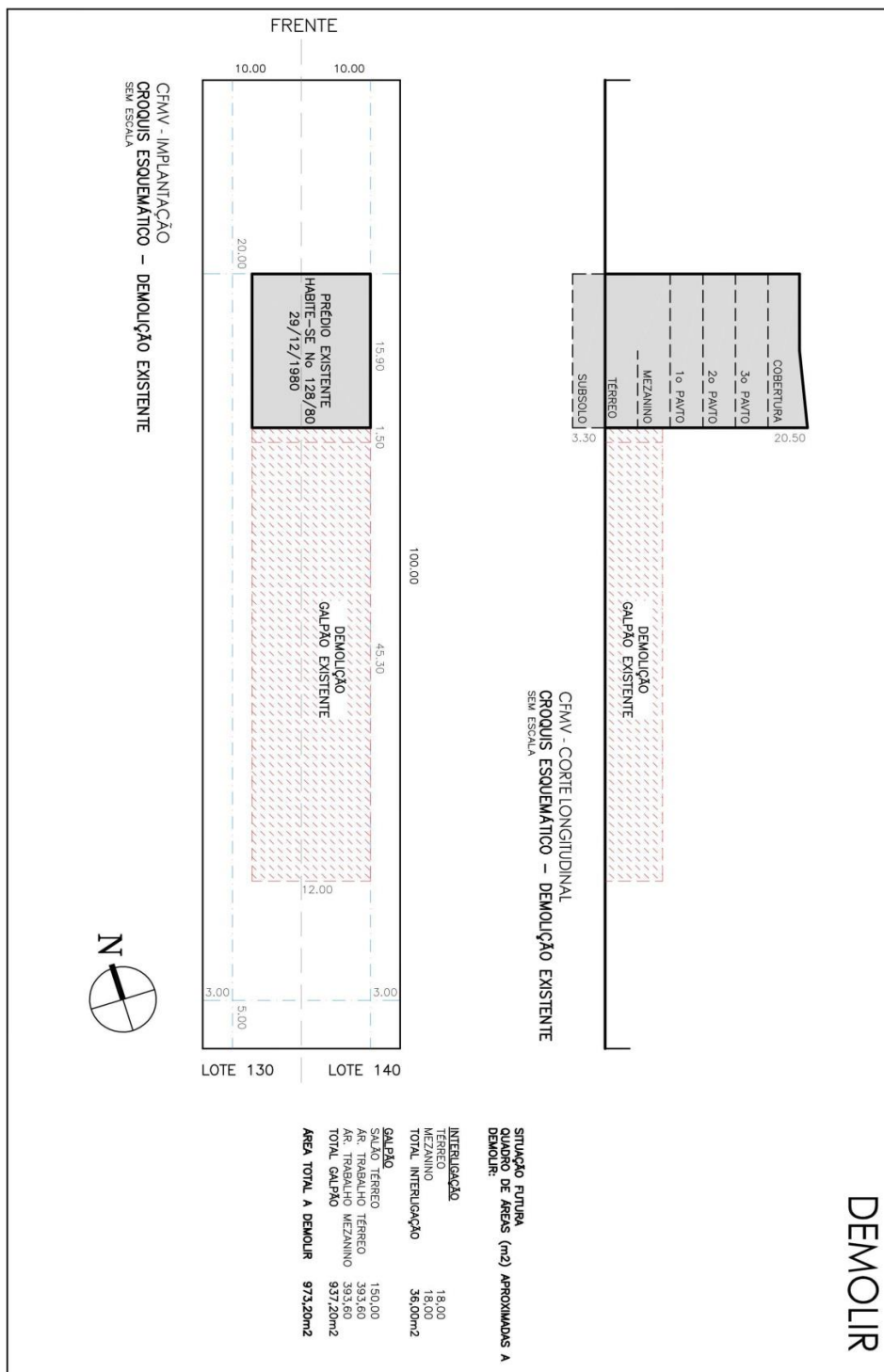
CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVS

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

5.5. Croquis Demolições



5.6. Croquis Construções



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

6 - DOS SERVIÇOS QUE SERÃO EXECUTADOS

6.1 PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS

I - Compete à CONTRATADA fazer prévia visita ao local dos serviços para proceder a minucioso exame das condições locais e de eventuais interferências.

II - A(s) vistoria(s) e os levantamentos no local serão realizados em datas e horários previamente acordados com a Fiscalização.

III - Quaisquer dúvidas referentes ao escopo dos serviços ou especificações deverão ser previamente esclarecidas junto ao CONTRATANTE, visto que, depois de apresentada à proposta, o CONTRATANTE não acolherá nenhuma reivindicação. Omissões, por parte da CONTRATADA, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

IV - Após os levantamentos a CONTRATADA deverá apresentar Plano de Trabalho demonstrando a metodologia a ser utilizada, prazos e demais informações pertinentes à condução dos projetos.

V - A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente no andamento dos serviços procedendo à perfeita integração entre seus prestadores de serviço.

VI - Dentro da metodologia de trabalho adotada, as atividades deverão ser organizadas da seguinte forma:

- Planejamento e Programação;
- Programação de reuniões periódicas de acompanhamento conjunto;
- Execução e acompanhamento;
- Revisão e coordenação;
- Entrega, aceitação e aprovação.

VII - Para execução dos serviços deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, todos os materiais, equipamentos, acessórios, mão-de-obra, mesmo que não explicitamente descrito nas especificações e diretrizes dos projetos, tais como trenas, luxímetros, níveis, voltímetro, termômetros, scanners, máquina fotográfica, dentre outros essenciais à boa e regular prestação dos serviços contratados.

VIII - A CONTRATADA deverá prever todos os custos envolvidos para a completa execução do objeto, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a licitação.

IX - A CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho semanal detalhando as atividades que serão realizadas na semana seguinte.

X - A CONTRATADA emitirá relatórios por etapas das atividades desenvolvidas, contendo todas as informações pertinentes e/ou solicitadas pela Fiscalização.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

XI - Qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE em virtude de atraso na finalização dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES MÍNIMO

I - A relação abaixo apresenta o Programa de Necessidades Mínimo a ser atendido pela CONTRATADA, o qual deverá ser detalhado no início dos serviços em conjunto com o CONTRATANTE:

- Reforma e modernização de toda a edificação e de todas as instalações existentes;
- Acréscimo de área, estimado em aproximadamente 2.700,00 m²;
- Apresentar projeto de arquitetura, estrutura e instalações complementares para a ampliação de área, interligações, bem como reforma da edificação existente, planejado para que a execução das futuras obras possa acontecer com o prédio ocupado;
- Todos os materiais e equipamentos deverão ser novos. Eventualmente aparelhos de ar condicionado podem ser reaproveitados em situações específicas, devidamente justificadas. Posições dos hidrantes poderão ser mantidas. Câmeras e sensores podem ser reaproveitados;
- Adequação das instalações à legislação em vigor referente à acessibilidade;
- Propor solução para as circulações verticais onde estão localizados os banheiros públicos e copas, atualmente fora das normas de acessibilidade;
- Otimizar e repensar as circulações existentes;
- Instalação de elevadores novos garantindo acessibilidade até a cobertura;
- Criação de novos espaços de trabalho e apoio tais como o mini-auditório completo para até 150 pessoas;
- Criação de novos espaços em função das atuais exigências técnicas e de segurança - portarias, controle de acesso, centrais de monitoramento e controle predial, salas técnicas, CPD, *shafts*, espaços para *nobreaks*, grupo gerador, dentre outros;
- Otimização do espaço de forma a aumentar a área útil interna garantindo uma melhor qualidade dos ambientes de trabalho ao mesmo tempo em que potencializa o incremento da população fixa da edificação;
- Propor novos *layouts* para as salas de trabalho, salas de reunião, arquivos, portarias, guaritas e etc., abrangendo toda a edificação inclusive subsolos e áreas externas, aproveitando o mobiliário existente;
- Propor local para arquivo e local para estoque / almoxarifado;
- Propor nova posição para Sala de Treinamento;
- Criação de bicicletário guarnecido com vestiários;
- Propor nova posição para cozinha e refeitório, com sala de descanso, inclusive para atender aos funcionários terceirizados;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Criar espaços para vestiários para funcionários e terceirizados;
- Avaliar possibilidade da utilização de piso elevado, desde que mantido o pé-direito mínimo exigido. Definir tipo de piso elevado em função de sobrecargas;
- Necessidade de otimização dos espaços de estacionamento, criando novas vagas em função do acréscimo de área e adequando as existentes à legislação em vigor;
- Melhor aproveitamento das condições de iluminação e ventilação naturais, reduzindo o consumo energético da edificação. Criar mecanismos de controle individual da iluminação e ventilação naturais;
- Avaliar a necessidade de substituição de esquadrias, configurações de abertura e controle, tipos de vidro, películas de segurança, dentre outros;
- Avaliar a relação custo x benefício de instalar brises na edificação;
- Melhorar as condições de conforto ambiental nas áreas de trabalho, inclusive acústicas (interno e externo);
- Compatibilizar os novos *layouts* propostos com todos os sistemas e instalações, sejam de ar condicionado, som ambiente, iluminação artificial, tomadas de rede lógica e elétrica, sistemas de detecção e alarme de incêndio, sistemas de combate a incêndio, sensores de toda natureza, sonorização, etc., representando os mesmos em plantas e detalhes;
- Projeto de paisagismo para áreas externas, avaliação das espécies existentes nativas e exóticas, tipo de forração, compatibilização com sistemas de irrigação, iluminação externa, baixa manutenção, sombreamento - inclusive aprovação dos projetos se necessário;
- Propor sistema de manejo de águas pluviais : coleta, armazenagem e tratamento, com objetivo de reutilização em irrigação e limpeza, eventualmente descargas e inclusive aprovação junto a ADASA/CAESB se necessário;
- Propor a utilização de materiais duráveis, com fácil disponibilidade no mercado e de baixa manutenção;
- Apresentar soluções para redução do consumo de energia elétrica;
- Aproveitamento das coberturas, bem como utilização do potencial da mesma para implantação de sistemas de geração de energia, especialmente os fotovoltaicos;
- Apresentar soluções para modernização do prédio e instalações, prevendo automação predial para todos os sistemas;
- Projeto de instalações de sonorização ambiente, bem como para salas de reunião e auditório;
- Reforma de todos os sistemas elétricos, inclusive a modernização de quadros;
- Substituição de todo o sistema de ar condicionado, preferencialmente adotando solução do tipo VRF;
- Apresentar projeto para controle de acesso e instalação de catracas;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Apresentar projeto para instalação de mastros de bandeira;
- Projeto de sinalização visual, inclusive letreiros em fachada;
- Reforma de todos os banheiros;
- Revisão de toda as instalações de esgoto, solucionar problemas com retorno e ventilação;
- O Projetos deverão contemplar também os procedimentos para o descarte de entulho e retirada de materiais inservíveis de forma organizada e periódica das obras, no intuito de evitar acúmulos que prejudiquem as atividades do edifício;
- Verificar necessidade de ajuste e/ou criação de escada de emergência para atendimento às Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do DF;
- Solicitar vistoria do Corpo de Bombeiros com objetivo de apresentar *checklist* de itens a serem corrigidos e/ou instalados;
- Atender à INSTRUÇÃO NORMATIVA No 2 DE 4 DE JUNHO DE 2015, que dispõe sobre regras para a aquisição de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebem *retrofit*, apresentando toda a documentação necessária referente aos projetos para essa finalidade e garantindo a obtenção da ENCE Parcial da Edificação Construída classe "A";

II - Faz parte ainda do programa de necessidades a leitura do Laudo de Vistoria de Recebimento Definitivo, elaborado pelo IBAPE - DF em 16 de setembro de 2006, onde são apontadas diversas pendências construtivas, cujas correções deverão ser detalhadas no projeto executivo que está sendo contratado. O Laudo poderá ser consultado pelos LICITANTES interessados e será disponibilizado em cópia à CONTRATADA;

III - A CONTRATADA deverá levantar junto aos órgãos competentes, as informações necessárias para o desenvolvimento adequado dos serviços. O desconhecimento da legislação ou de condicionantes da CONTRATANTE não servirá como justificativa para aditivos ou incorreções de projeto.

6.3. MODIFICAÇÕES NA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA ORIGINAL

I - A Concepção Arquitetônica Original poderá ser modificada em função de:

- a) adequação às legislações locais, regulamentos e às normas brasileiras em vigor;
- b) adequação às soluções técnicas que melhor integrem todos os projetos necessários à reforma e modernização.

II - As alterações propostas deverão ser devidamente justificadas tecnicamente e encaminhadas ao CONTRATANTE para avaliação e aprovação.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

6.4. COORDENAÇÃO

I - A CONTRATADA deverá elaborar todos os produtos e serviços – estudos, projetos, modelos, especificações, orçamentos, quantificações e outros, com os respectivos laudos e pareceres técnicos. Estes deverão ser apresentados devidamente analisados, coordenados, integrados e compatibilizados tecnicamente entre si, contendo todos os elementos necessários à execução das obras de reforma, modernização e ampliação do Edifício Sede do CFMV. Será inteiramente da CONTRATADA a responsabilidade de coordenação desses trabalhos entre seus diversos autores, dirimindo pontos conflitantes, respeitando a independência técnica de cada um. Deverá também gerenciar as informações e fazer a organização da documentação gerada.

II - A Coordenação dos projetos deverá ser de responsabilidade exclusiva de profissional pertencente ao quadro técnico da empresa LICITANTE.

III - O Responsável Técnico deve coordenar o Projeto buscando sempre a simplicidade de soluções, reduzindo, no que couber, os custos de manutenção e operação.

IV - O Responsável Técnico pela Coordenação deverá ter formação superior em Arquitetura, com registro regularizado e atualizado no conselho regional responsável pela área de atuação, o qual deverá assinar o projeto final. Os projetos de arquitetura constituem a base para o desenvolvimento, compatibilização e ajustes dos sistemas que compõem a edificação e intervenções externas. Dessa forma, entende-se que é necessário que o Coordenador dos trabalhos tenha habilitação em Arquitetura, assegurando sua participação de fato no processo de trabalho de coordenação e desenvolvimento dos projetos e não somente na habilitação da empresa para fins de licitação, não acumulando as atividades de projeto e coordenação.

V – O item anterior encontra-se em acordo com o Art. 1º da [Lei Nº 12.378, de 31 de Dezembro de 2010, que Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências.](#)

6.5. DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS

I - Todos os projetos deverão ser desenvolvidos em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pela Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997, do Senhor Ministro de Estado de Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no suplemento ao Diário Oficial da União nº 145, de 31 de julho de 1997, Seção 1, as quais poderão ser obtidas no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br (PUBLICAÇÕES – MANUAIS – OBRAS PÚBLICAS).

II - Em seguimento ao subitem anterior, todos os projetos também deverão estar em conformidade com este Termo de Referência, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela CONTRATANTE.

III - Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às etapas de projeto estabelecidas neste Termo de Referência de modo a evoluírem gradual e continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pela CONTRATANTE, visando à redução de riscos de perdas e refazimentos dos serviços.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

IV - Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a Fiscalização dos projetos antes da execução dos serviços correspondentes.

V - Os documentos técnicos produzidos em cada etapa de elaboração do Projeto devem ser submetidos à avaliação e aprovação da CONTRATANTE.

VI - Os trâmites para a aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, por intermédio dos autores dos projetos.

VII - A aprovação do Projeto não eximirá os autores dos Projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

VIII - Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revistos ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.

IX - As inadequações apontadas pela Fiscalização serão imediatamente corrigidas pela CONTRATADA.

6.6. COMPATIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

I - Deverá a CONTRATADA efetuar a compatibilização de todos os produtos e serviços previstos, verificando possíveis interferências entre os sistemas construtivos propostos e existentes;

II - Cabe ao Coordenador Responsável Técnico compatibilizar os projetos das várias especialidades técnicas, promover e facilitar as consultas e informações entre os autores dos projetos específicos e solucionar as interferências entre os elementos dos diversos sistemas da edificação.

III - Caso haja qualquer interferência ou constatação da impossibilidade de execução, caberá à CONTRATADA apresentar as melhores soluções e fazer as modificações necessárias.

IV - A compatibilização dos produtos e serviços poderá ser apresentada ao CONTRATANTE por meio de relatórios, projetos, imagens entre outros recursos.

6.7. SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

I – Fundamentado no o Art. 7º do Decreto nº. 8.538/2015, o limite máximo a ser subcontratado será de 75%, correspondentes aos projetos de Fundações, Cálculo Estrutural, Instalações Eletroeletrônicas e Automação Predial, Instalações Hidrossanitárias, Instalações de Ar condicionado e Exaustão, Instalações de Prevenção e Combate a Incêndios, Etiquetagem Energética.

II - O limite mínimo para a subcontratação será de 15%, correspondentes a pelo dois (2) dos seguintes projetos: Fundações, Cálculo Estrutural, Instalações Eletroeletrônicas e Automação Predial, Instalações Hidrossanitárias, Instalações de Ar condicionado e Exaustão, Instalações de Prevenção e Combate a Incêndios, Etiquetagem Energética.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

III - As microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas devem ser indicadas e qualificadas pelos LICITANTES com a descrição dos serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

IV - No momento da habilitação a ao longo da vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão.

V - Não poderão ser subcontratados os serviços de Coordenação dos Projetos e Projeto de Arquitetura.

VI - A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

I - Caberá a CONTRATADA, visando à perfeita execução e completo acabamento dos serviços, prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, mantendo equipes que levem a bom termo este objetivo.

II - Todos os serviços executados deverão ser submetidos à Fiscalização, a fim de que sejam, em tempo e dentro das etapas determinadas em cronograma de execução, providenciadas as alterações que se fizerem necessárias.

III - Ainda, após o recebimento provisório do serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas, independente de sua responsabilidade civil.

IV - Deverá prestar ao CFMV o mesmo auxílio elencado no subitem anterior no que diz respeito ao procedimento licitatório da obra pretendida, no que diz respeito a esclarecimentos e informações sobre os projetos.

V - A empresa deverá corrigir, reparar ou alterar, a qualquer tempo, quaisquer irregularidades, vícios ou incorreções identificadas no Projeto de sua autoria, mesmo que esses sejam identificados na execução da obra. Quando da verificação de ocorrência dessa situação, ou ainda, na suspeita de que possam ter ocorrido essas falhas, a empresa deverá deslocar o profissional, Autor do Projeto, para verificação “in loco” da ocorrência e correção das falhas, sendo que os custos para esse atendimento serão de exclusividade da CONTRATADA.

6.9. TAXAS, EMOLUMENTOS, LICENÇAS E FRANQUIAS

I - A CONTRATADA será responsável por todas as despesas legais relativas aos serviços e projetos, tais como cauções, taxas, licenças, emolumentos, registros, impostos federais, distritais, estaduais e municipais, seguros, contratos, selos, despachante e outros referentes à legislação, códigos e posturas referentes aos serviços e projetos, inclusive aprovações. Não estão inclusas as taxas referentes à obtenção de Alvará de Construção.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

II - A CONTRATADA deverá, ainda, incluir as consultas às concessionárias de serviços públicos (energia, água, saneamento etc.), empresas de seguros, Corpo de Bombeiros Militar, Administração de Brasília, ADASA, CAESB, CEB, ANVISA e etc., necessárias ao desenvolvimento de seus trabalhos; obter todos os certificados de inspeção dos serviços prestados, de modo que ao encerramento do contrato, o mesmo esteja aprovado conforme as disposições dos órgãos de fiscalização Distrital, Federal ou de qualquer outra natureza.

III - Em caso de necessidade de revalidação da aprovação dos projetos, esta será de responsabilidade da CONTRATADA.

IV - A CONTRATADA deverá apresentar, no início dos serviços, ou seja, após 5 (cinco) dias úteis da vigência do contrato, os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo –CAU e as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em cuja jurisdição for exercida a atividade, conforme artº 1º da Resolução nº 425/98 do CONFEA, do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços e/ou projetos, com a respectiva comprovação das taxas recolhidas.

V - Em caso de multas aplicadas em função dos serviços que estão sendo executados, é de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento e o cumprimento das normas para sanar o problema detectado pela autoridade que aplicou a sanção.

VI - Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas e danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

6.10. SEGUROS E ACIDENTES

I - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho devido à execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, direitos autorais e, ainda que resulte em caso fortuito ou de força maior, a destruição ou danificação dos serviços e projetos até a devida aceitação pelo CONTRATANTE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos fora das instalações da CONTRATADA, desde que relacionados com os serviços contratados pelo CFMV.

6.11. OUTRAS DESPESAS A CARGO DA CONTRATADA

I - As despesas relativas aos itens abaixo mencionados, caso ocorram, correrão por conta da CONTRATADA:

- a) Estádias;
- b) Transporte de materiais e equipamentos;
- c) Papelaria (incluindo despesas com plotagem e encadernamento);e
- d) Transporte de pessoal administrativo e técnico.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

6.12. ORIENTAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

6.12.1. Fiscalização, Orientação e Controle

I - A Fiscalização será exercida por equipe composta por servidores ou terceiros, previamente designados pelo CONTRATANTE conforme o Art. 67 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, convenientemente credenciados junto à CONTRATADA e com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços e projetos nos moldes da NBR 5671/1990:1991 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura, a qual será investida de plenos poderes para:

a - Solicitar da CONTRATADA a substituição, no prazo de 24 horas, de qualquer profissional que embarace a sua fiscalização;

b - Rejeitar serviços defeituosos ou materiais que não satisfaçam aos serviços contratados, obrigando-se a CONTRATADA a refazer os serviços ou substituir os materiais, sem ônus para o CONTRATANTE e sem alteração do Cronograma aprovado antes do início dos serviços, sendo que caso ocorra após a rejeição de quaisquer produtos, a empresa deverá apresentar novo Cronograma Físico-Financeiro para o ajuste dos prazos, devendo sempre ser respeitado o prazo máximo do contrato.

c - Recusar qualquer serviço que não seja executado de acordo com a melhor técnica, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização;

d - Solicitar projetos, cópias de documentos etc. relativos aos serviços;

e - Atestar o recebimento de objeto verificando se os serviços foram executados de acordo com o contrato, conforme especificações apresentadas e aceitas; o ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura na nota fiscal/fatura ou documento equivalente, dos servidores designados para fiscalização do contrato.

II - A empresa executora dos serviços deverá prestar imediatamente todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, salvo quando implicarem indagações de caráter mais especializado, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

III - A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

IV - Os representantes da Fiscalização reportar-se-ão direta e exclusivamente ao Coordenador e Responsável Técnico da CONTRATADA, nomeado por esse através de comunicação escrita encaminhada à CONTRATANTE.

V - Os representantes da Fiscalização e toda pessoa autorizada por essa, terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados os trabalhos, relacionados com o objeto da presente licitação, ainda que nas dependências da CONTRATADA ou de prestadores de serviços ou terceiros assim como terão acesso a todos os documentos, projetos e materiais que façam parte dos serviços contratados.

VI - A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade relacionadas a falhas, erros e omissões dos projetos contratados para





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

terceiros, sejam projetistas, técnicos, microempresas, empresas de pequeno porte ou outros profissionais subcontratados.

6.12.2. Comunicação e Registro de Ocorrências

I - A comunicação e/ou registro de ocorrências entre a CONTRATADA e a Fiscalização poderá ser feita por meio de reuniões programadas, com lavratura de ata, por ofício ou carta numerada, por telefone – caso de dúvida referente às etapas do processo, documentação técnica, projetos e outros, ou por meio de endereços eletrônicos oficiais da CONTRATADA e CONTRATANTE.

6.12.3. Medição ou Aferição de Serviços

I - A cada fase, nas datas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, corresponderá uma medição/aferição dos serviços executados.

II - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos no cronograma físico-financeiro para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade.

III - Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas efetivamente concluídas, o cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado de forma a refletir o real andamento esperado dos serviços.

IV - Para a medição dos serviços, deverá a CONTRATADA apresentar, via comunicação eletrônica, sua planilha com proposta de medição de serviços, no mínimo 05 (cinco) dias antes da data da efetiva medição para avaliação e atesto da Fiscalização. Somente serão aceitos serviços efetivamente concluídos até a data da medição, não sendo aprovados serviços executados de forma incompleta.

V - Somente após a verificação e atesto, por parte da Fiscalização, poderá a CONTRATADA emitir Nota Fiscal – NF com o valor aprovado dos serviços executados.

6.12.4. Recebimentos Provisório e Definitivo

I - Quando os serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local dos serviços) informando o término dos serviços, cabendo à Fiscalização, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todos os projetos e documentos executados. O Termo de Recebimento Provisório, elaborado pelo CONTRATANTE, será entregue em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pela Fiscalização, após terem sido realizadas todas as medições/aferições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

II - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição/aferição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

III - O Termo de Recebimento Definitivo será entregue pelo CONTRATANTE em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinados pela Fiscalização em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, referido no parágrafo anterior. O Recebimento Definitivo ocorrerá apenas se tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados, e estando solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

7 - DAS ETAPAS DOS SERVIÇOS

7.1. Os Projetos deverão ser elaborados em etapas sucessivas de acordo com o previsto no artigo 6º, incisos IX e X da Lei 8.666, de 1993:

- Estudo Preliminar;
- Anteprojeto/Projeto Legal;
- Projeto Básico; e
- Projeto Executivo e Etiquetagem Energética.

7.2. Compreende também como obrigação o fornecimento de documentação técnica complementar:

- Caderno de especificações técnicas;
- Caderno de encargos;
- Planilhas orçamentárias;
- Memoriais descritivos e de cálculo;
- Maquetes eletrônicas e
- Simulações energéticas, dentre outros que se demonstrarem necessários;

7.3. SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

7.3.1 FASE 01 – ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES DEFINITIVO/ LEVANTAMENTOS FÍSICOS E CADASTRAIS, ESTUDO PRELIMINAR

7.3.1.1. Elaboração do Programa de Necessidades Definitivo

a - Cabe à CONTRATADA elaborar o Programa de Necessidades definitivo a partir das informações fornecidas/levantadas e aprová-lo junto à Fiscalização.

b - Inicialmente serão feitas reuniões e *briefings* com os representantes da CONTRATADA a fim de se levantar as informações básicas para elaboração do Programa de Necessidades e definição do escopo de projeto.

Serão apresentados os seguintes produtos:



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- a* - Informações funcionais por setor, representando em planta e tabela a quantidade/atribuições de funcionários em cada sala e a respectiva área do ambiente, de acordo com o organograma, e plantas *As Built*;
- b* - Elaboração do programa de necessidades juntamente com a CONTRATANTE, contendo o relatório da ocupação existente, áreas, setores, acessibilidade, circulações, integrações, espaços disponíveis, espaços problemáticos, espaços inexistentes, deficiências a serem corrigidas, ampliações necessárias, garagens e estacionamentos, níveis de conforto, sistemas eficientes e deficientes, atualizações tecnológicas necessárias, ou seja, todos os pontos a serem considerados na elaboração dos projetos.

7.3.1.2. Levantamentos Físicos e Cadastrais

- a* - À CONTRATADA caberá o levantamento minucioso de campo, conforme cada especialidade, obtendo as medidas exatas e confeccionando plantas, cortes e fachadas da situação existente interna e externa (*AS BUILT*), bem como detalhes necessários ao desenvolvimento dos projetos. Se necessário deverá levantar os dados geoclimáticos e ambientais locais, tais como temperatura, pluviosidade, insolação, regime de ventos e níveis de poluição (sonora, do ar, do solo e da água) com o intuito de complementar as informações que substanciarão as intervenções.
- b* - A princípio o mobiliário existente deverá ser reaproveitado, para tanto a CONTRATADA deverá efetuar juntamente com o projeto *as-built* o levantamento dos móveis e desenho dos mesmos em planta.
- c* - O levantamento das informações atualizadas da legislação arquitetônica e urbanística (federal, estadual e das concessionárias) será realizado pela CONTRATADA no sentido de buscar, dentre outros, fatores, restrições de uso, taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento, gabaritos de altura da edificação, alinhamentos, recuos e afastamentos, áreas de estacionamento coberto ou descoberto permitidas, exigências relativas a tipos específicos de edificação, escadas de emergência, ocupação da cobertura, bem como outras exigências arquitetônicas a serem especificadas com relação aos órgãos técnicos públicos, órgãos de proteção ambiental e se necessário patrimônio histórico e órgãos aeronáuticos.
- d* - O CONTRATANTE informará dados básicos sobre a documentação do imóvel, tais como Termo de Posse do Imóvel, impostos e registros, certidões, não eximindo, porém a CONTRATADA de buscar informações complementares que sejam necessárias para o desenvolvimento e aprovação dos projetos legais.
- f* - Observando que serão necessários dois conjuntos de desenhos como pontos de partida para o desenvolvimento dos projetos:
- 1 - elaboração dos projetos a partir dos levantamentos *as built* - estudos preliminares, anteprojetos, projetos executivos
 - 2 - elaboração dos projetos legais a partir da reprodução do último projeto oficial aprovado na Administração Regional do SIA, incorporando as modificações pretendidas com a reforma.
- g* - Pode haver diferenças entre a situação real construída e os projetos legais. Todos os desenhos, levantamentos e informações serão de responsabilidade da CONTRATADA.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

h - Também faz parte desta etapa a avaliação da atual ocupação e o levantamento de informações junto aos coordenadores de cada setor representado no Organograma, através de *briefings* e reuniões individuais, com objetivo de coletar informações que possam subsidiar os projetos, tais como quantidade de funcionários e suas atribuições, processos e dinâmicas de trabalho, relação com demais departamentos, mobiliário existente, necessidades específicas, particularidades, dentre outras informações.

Serão apresentados os seguintes produtos:

- 1 - conjunto de plantas contendo os projetos *As Built*;
- 2 - conjunto de plantas reproduzindo o último Projeto Legal aprovado, com indicação da cota de soleira oficial, real e cota de coroamento.

7.3.1.3. Estudos Preliminares

I - A partir dos levantamentos, coleta de informações e dados *in loco* e fornecidos pelo CONTRATANTE, serão desenvolvidas diretrizes do projeto, podendo a CONTRATADA apresentar soluções alternativas, caso necessário. Assim, a partir da análise e avaliação de todas as informações coletadas e recebidas do CONTRATANTE, somadas às pesquisas relacionadas às posturas urbanas locais, distritais e federais, e da elaboração dos levantamentos topográficos cadastrais do terreno bem como levantamentos físicos da edificação, a CONTRATADA iniciará a elaboração dos estudos preliminares.

II - Os estudos deverão apresentar soluções gerais que envolverão a edificação, e decorrerão: das condições de projeto; da padronização desenvolvida pelo CONTRATANTE; das tecnologias envolvidas; da legislação em vigor e das necessidades básicas de funcionamento, conforto, segurança, operação, manutenção e eficiência.

III - Cabe salientar que cada solução proposta em projeto, em suas diversas etapas, será discutida previamente com o CONTRATANTE, através da Fiscalização, por meio de seus profissionais ou por ela indicados, em face de critérios de projeto a serem seguidos e sempre será norteada pelo anseio conjunto de buscar a melhor relação qualidade/eficiência/prazos de execução e características de conforto ambiental, assim como a melhor relação custo/benefício, dentro dos pressupostos conceituais estabelecidos, sempre considerando a compatibilidade com os demais sistemas da edificação.

IV - Desta forma a CONTRATADA deverá pautar o projeto no plano de desenvolvimento inicialmente proposto, nos incentivos e restrições a ele pertinentes, quer física quer em relação à disponibilidade econômica e financeira para sua implantação, especificando a utilização de materiais e métodos construtivos adequados ao objetivo da edificação que possibilitem o emprego de mão-de-obra, tecnologia e matérias-primas locais para sua implantação, adotando soluções construtivas racionais e sustentáveis que priorizem a economia de energia, elegendo sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características da edificação, e oferecendo facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas envolvidos tanto interna quanto externamente, sem prejuízo de sua durabilidade considerando eventual impacto ambiental.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

V - Com relação também à questão ambiental e à auto-sustentabilidade da edificação, a CONTRATADA deverá desenvolver estudo de viabilidade para tratamento/reaproveitamento de águas cinza e negra; através de cisternas para armazenamento de água de chuva ou tratamento de águas servidas tratadas.

VI - Durante toda as etapas de planejamento, coordenação e elaboração de projetos a CONTRATADA deverá observar as obrigatoriedades relacionadas à Etiquetagem Energética, bem como o conteúdo da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obra pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como a Instrução Normativa 02 de 04 de junho de 2014.

VII - Todos os estudos e projetos complementares deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação, e atendendo às aspirações da CONTRATANTE em relação ao empreendimento, o plano de desenvolvimento em que se inserem os incentivos e as restrições a ele pertinentes;

VIII - O Projeto deve visar à flexibilidade e funcionalidade das instalações, bem como a utilização de soluções que prezem pela segurança e proteção das pessoas e das instalações;

IX - Especificação de materiais de boa qualidade e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação, de forma a garantir durabilidade, manutenibilidade e atendimento às normas ambientais aplicáveis;

X - Adotar solução construtiva racional elegendo, sempre que possível, sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;

XI - Adotar padrões de instalação, materiais e equipamentos visando facilidades de montagem e manutenção;

XII - Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação;

XIII - Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação dos serviços;

XIV - As soluções técnicas a serem adotadas deverão contemplar a minimização dos custos de operação, que incluem os gastos de operação, conservação e de manutenção das instalações;

XV - Adotar soluções (espaço físico, dimensionamento de pontos lógicos e elétricos, iluminação, etc.) adequadas às instalações de todos os equipamentos e mobiliários, cujas quantidades e especificações técnicas deverão ser apresentadas pela CONTRATADA e pactuadas entre as partes;

XVI - Os equipamentos que se incorporam diretamente à obra, ou que necessitem de infraestrutura especial executada, deverão ser incluídos no projeto;

XVII - Levar em consideração no dimensionamento das aberturas de vãos (janelas e portas) face a dimensão dos equipamentos a serem instalados nos ambientes;.

XVIII - No projeto deverão ser especificados materiais e equipamentos que estejam disponíveis no mercado, não sendo permitida a utilização de produtos não testados suficientemente;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

XIX - As diretrizes e descrições relativas ao desenvolvimento do projeto não são exaustivas, portanto a CONTRATADA deverá projetar e detalhar em nível executivo todas as descrições e informações indispensáveis à correta e completa execução de todo o projeto.

XX - Esta etapa receberá a aprovação final do CONTRATANTE para o desenvolvimento do anteprojeto / projeto legal.

7.3.1.3.1 Serão apresentados os seguintes produtos:

I - A CONTRATADA apresentará os seguintes produtos em escala 1:100 (um para cem, ou outra adequada ao perfeito entendimento da solução proposta), aprovada pela Fiscalização:

- a) planta baixa de situação/implantação da(s) edificação(ões) no terreno, com os principais acessos. Desse estudo resultará proposta de solução paisagística adequada para integrar os elementos construídos à paisagem urbana considerando aspectos como o fluxo de pedestres do setor e integração harmônica com a paisagem local;
- b) planta baixa de implantação de todos os níveis da(s) edificação(ões) contendo as intervenções de arquitetura;
- c) planta baixa de implantação de todos os níveis da(s) edificação(ões) contendo a distribuição de setores, fechamentos, distribuição de mobiliário e ocupação de todos os espaços;
- d) estudos de fachadas da edificação, com estudos de iluminação e ventilação natural;
- e) estudos de utilização de soluções com custos de manutenção e operação, compatíveis com os preços de instalação para todos os sistemas propostos;
- f) estudo de soluções que visem à segurança contra pânico e rotas de fuga, devendo ser verificada a possibilidade de incorporação das existentes;
- g) estudos relacionados ao sistema de reaproveitamento de águas pluviais;
- h) estudo buscando a simplicidade de instalação e facilidade de montagem sem prejuízo da qualidade, com o objetivo de padronizar as instalações, materiais e equipamentos, considerando aspectos de manutenção predial (estoque e peças de reposição, facilidades na montagem, tempo de vida útil, etc.);
- i) adequação dos estudos aos sistemas eventualmente já modernizados;
- j) estudo de viabilidade, relação custo-benefício e perfeita compatibilidade entre todos os sistemas normais e as intervenções propostas, sempre que exigido;
- k) maquetes eletrônicas do conjunto arquitetônico e das áreas internas mais relevantes tais como auditório, áreas de trabalho e de convivência, em nível de resolução adequado à compreensão dos componentes construtivos, materiais de acabamento e iluminação.

II - Além disso, os projetos e produtos apresentados deverão contemplar a aplicação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C, elaborado e revisado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

III - As diretrizes do projeto deverão ser apresentadas nas reuniões entre representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, ou mediante correspondência formal por meio convencional ou eletrônico, desde que todos os encontros, modificações e propostas aceitas ou recusadas permaneçam registrados no processo de aferição de serviços contratados.

IV - Os estudos preliminares deverão ser entregues em CD ou DVD, em formato DWG, de forma que permita a leitura total e sem problemas dos arquivos, e impressos em duas vias, em formatos (A0, A1, A2, A3 ou A4).

7.3.2. FASE 02 - ANTEPROJETOS / PROJETO LEGAL

7.3.2.1. Anteprojetos

I - Os anteprojetos são resultados do desenvolvimento dos projetos a partir dos Estudos Preliminares e das diretrizes de projetos anteriormente aprovados formalmente pelo CONTRATANTE.

II - Tem como objetivo final a aferição e aprovação formal pelo CONTRATANTE, proporcionando um conjunto de informações técnicas da edificação mais aprofundadas, necessária ao inter-relacionamento e compatibilização dos projetos entre si, bem como garantir a aprovação dos mesmos (Projeto Legal).

III - Em continuidade aos estudos iniciados na etapa anterior, os projetos e produtos apresentados deverão contemplar a aplicação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C, elaborado e revisado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

IV - Durante todas as etapas de planejamento, coordenação e elaboração de projetos a CONTRATADA deverá observar as obrigatoriedades relacionadas à Etiquetagem Energética, bem como o conteúdo da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obra pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como a Instrução Normativa 02 de 04 de junho de 2014.

V - Esta etapa receberá a aprovação final do CONTRATANTE para o desenvolvimento/apresentação dos projetos legais.

7.3.2.1.1 Serão apresentados os seguintes produtos:

I - A CONTRATADA apresentará, nesta fase, os seguintes produtos em escala mínima 1:100, ou outra adequada ao perfeito entendimento da solução proposta aprovada pela Fiscalização:

- Arquitetura, layout
- Paisagismo e Urbanização do Lote
- Fundações, inclusive sondagem do terreno
- Cálculo Estrutural, inclusive reforços se necessário



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Anteprojeto de todas as Instalações a serem projetadas
- Instalações Hidrossanitárias, inclusive água quente para vestiários e cozinha, através de sistema de aquecimento solar
- Instalações Elétricas de luz e força, inclusive estabilizada, nobreaks, UPS, geradores, subestação, transformadores
- Iluminação (projeto luminotécnico)
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA
- Instalações Eletrônicas, inclusive de automação predial e de cabeamento estruturado para dados e voz
- Climatização (ar condicionado), ventilação, exaustão
- Sistemas de prevenção e combate a incêndio, inclusive escadas, rotas de fuga e sinalização de emergência
- Sistemas de Controle de Acesso, catracas, CFTV, segurança patrimonial
- Sistema de geração de energia fotovoltaica
- Águas Pluviais, sistema de armazenamento e reuso, inclusive projeto de irrigação automatizada
- Drenagem
- Impermeabilização
- Transporte Vertical (elevadores)
- Sonorização ambiente, inclusive sistemas áudio visuais para salas de reunião, auditório, videoconferência
- Acústica
- Programação Visual
- Etiquetagem Energética ENCE

II - Anteprojeto de Arquitetura, Layout, Paisagismo, Urbanização devidamente cotado e identificado contendo: perfeita caracterização dos pavimentos, definição de todos os compartimentos, estudo e definição de cores e todos os detalhamentos necessários, além de cortes (pé-direito, altura livre etc.) e elevações, intervenções no entorno tais como vias de acesso, calçadas, estacionamento externo, iluminação externa, solução de pavimentação e adjacências com proposta de drenagem das águas pluviais;

III - As plantas deverão demonstrar os principais elementos da construção, tais como paredes, esquadrias, divisórias, painéis, instalações etc. que interagem com o layout. Todos os projetos deverão contemplar acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências (espaço de circulação e passagem, áreas de espera, mesas adaptadas, trilha tátil, etc., conforme NBR 9050:2015.).

IV - Anteprojeto de compatibilização entre a arquitetura, layout e projetos de instalações, demonstrando o posicionamento dos principais equipamentos, tomadas, etc. no piso e forro;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

V - Lista de especificações, contendo os principais materiais projetados e com a prescrição dos acabamentos cabíveis em cada área/setor da edificação;

VI - Em linhas gerais, todos os anteprojetos deverão representar um conjunto de definições que serão sempre orientados levando-se em consideração o conforto, a compatibilização das tecnologias quanto aos sistemas construtivos, resistência e durabilidade dos materiais, e aos fatores econômicos relativos à melhor relação entre custos, benefícios, durabilidade e padrões desejados, além de aspectos ambientais.

VII - Os anteprojetos deverão representar um conjunto integrado de soluções que respeitem os critérios e requisitos, entre outros, de eficiência energética, compatibilização com os sistemas existentes e as melhorias propostas.

VIII - Os anteprojetos deverão ser entregues em CD ou DVD, em formato DWG, de forma que permita a leitura total e sem problemas dos arquivos, e impressos em duas vias, em formatos (A0, A1, A2, A3 ou A4).

7.3.2.2. Projeto Legal

I - Constitui o Projeto Legal todo o conjunto de documentos a serem apresentados aos órgãos fiscalizadores para aprovação.

II - A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade no encaminhamento e aprovação dos projetos legais junto aos órgãos da administração pública local, distritais e federais, devendo preliminarmente levantar suas restrições específicas e assegurar que sejam atendidas todas as condições legais exigidas, por meio de um permanente acompanhamento e atualização destas condições, baseado na perfeita identificação de requisitos em áreas urbanas e no acompanhamento da evolução das exigências das administrações públicas quanto aos projetos.

III - Nesta etapa, os projetos legais deverão ser apresentados na escala exigida pelo(s) respectivo(s) órgão(s), e apresentados a tempo ao CONTRATANTE, para aferição e apontamento das assinaturas de seus representantes legais.

IV - Caberá à CONTRATADA a emissão dos projetos e da documentação legal, em quantas vias forem necessárias, como também sua retirada junto ao CONTRATANTE após o apontamento das assinaturas, e protocolo junto aos administradores locais, distritais e federais e concessionárias além do seu acompanhamento a esses órgãos. Todas as taxas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

V - A CONTRATADA deverá verificar a necessidade de elaboração e aprovação de Relatório de Impacto sobre Sistema de Trânsito junto ao DETRAN, devendo providenciar todos os estudos e/ou declarações necessárias à aprovação do Projeto Legal de Arquitetura junto à CAP/SEGETH.

7.3.2.2.1 Serão apresentados os seguintes produtos:

I - Os projetos deverão ser entregues em CD ou DVD, em formato DWG, de forma que permita a leitura total e sem problemas dos arquivos, e impressos em formatos e quantas vias forem necessárias para a aprovação dos mesmos, devidamente assinado pelos profissionais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

responsáveis, sendo que sempre uma das vias impressa e assinada deverá ficar retida pela Fiscalização para controle.

II - Serão apresentados plantas, relatórios, memoriais, documentos técnicos, laudos, pareceres, etc., conforme exigido pela legislação vigente referente à aprovação de cada disciplina de projeto.

7.3.3 FASE 03 - PROJETO BÁSICO

7.3.3.1 Projeto Básico

I - O Projeto Básico deverá apresentar todos os elementos gráficos e memoriais necessários à sua aprovação, de acordo com o Artigo 6º, inciso IX da Lei 8.666, de 1993;

II - O Projeto Básico deverá demonstrar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental, possibilitar a avaliação do custo dos serviços e da obra objeto da licitação, bem como permitir a definição dos métodos construtivos e prazos de execução do empreendimento;

III - Elaboração de planilha detalhada de quantidades de materiais e serviços, com preços;

IV - Preparação de cortes compatibilizados, assim como fluxogramas dos processos, esquemas elétricos e de controles;

V - Elaboração de Memoriais Descritivos e especificações técnicas.

VI - Serão solucionadas as interferências entre os sistemas e componentes da edificação, além dos documentos gráficos dos Projetos Complementares que representem todos os elementos necessários à compreensão da proposta de intervenção aprovada na fase de Estudo Preliminar. O Projeto Básico conterá um relatório técnico e o Memorial Descritivo dos sistemas e componentes.

7.3.3.1.1 Serão apresentados os seguintes produtos:

VII - O projeto básico deverá ser entregues em CD ou DVD, em formato DWG, de forma que permita a leitura total e sem problemas dos arquivos, e impressos em duas vias, em formatos (A0, A1, A2, A3 ou A4), devidamente assinado pelos profissionais responsáveis, acompanhado de todos os demais documentos produzidos.

VIII - Corresponde ao conjunto de documentos técnicos necessários à licitação das obras de reforma e ampliação, conforme estabelecido pela Lei 8.666, de 1993 bem como normas técnicas e legislação pertinente.

7.3.4. FASE 04 - PROJETOS EXECUTIVOS

7.3.4.1. Projeto Executivo



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

I - O Projeto Final, denominado Projeto Executivo deverá apresentar todos os elementos necessários à realização do empreendimento, detalhando todas as interfaces dos sistemas e seus componentes, como rege o Artigo 6º, inciso X da Lei 8.666, de 1993;

II - Além dos documentos gráficos dos Projetos Complementares, que representem todos os detalhes construtivos elaborados com base no Projeto Básico aprovado, o Projeto Executivo será constituído por um relatório técnico, contendo a revisão e complementação do Memorial Descritivo apresentado naquela etapa de desenvolvimento do projeto;

III - O Projeto Executivo conterá ainda Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro de execução dos serviços, fundamentados em especificações técnicas e quantidades de materiais, equipamentos e serviços, bem como em métodos construtivos e prazos de execução corretamente definidos;

IV - Deve estabelecer com precisão, através de seus elementos constitutivos, todas as características, dimensões, especificações, e as quantidades de serviços e de materiais, custos e tempo necessários para execução da obra, de forma a evitar alterações e adequações durante a elaboração do projeto executivo e realização das obras;

V - O Projeto Executivo deverá estar harmonizado com os projetos de arquitetura, estrutura e demais instalações, observando a não interferência entre elementos dos diversos projetos.

VI - Os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos, eletrônicos e descritivos referentes aos segmentos especializados, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução da obra, de maneira a abrangê-la em seu todo. Compreenderão a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas para posterior execução e implantação do objeto, garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos. Deverão partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos, apresentando o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos, inclusive projeto legal.

VII - A CONTRATADA apresentará, nesta fase, os produtos abaixo, na escala 1:50, completos e os demais detalhes construtivos nas escalas 1:20, 1:10, 1:5 e 1:1, ou outra adequada ao completo e perfeito entendimento da solução proposta, de modo a gerar um conjunto de informações suficientes para a perfeita caracterização das obras/serviços a serem executados, além de todo e qualquer detalhamento que a Fiscalização entender ser tecnicamente necessários, com legendas específicas para cada tipo de projeto executivo.

VII - O resultado deve ser um conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre todos os elementos, instalações, sistemas e componentes relativos ao objeto contratado.

VIII - A CONTRATADA deverá desenvolver um único pavimento por prancha por especialidade, além de todo e qualquer detalhamento de elementos onde se julguem necessários ao perfeito entendimento e compreensão do que foi projetado, conforme opinião técnica da Fiscalização, visando facilitar sua execução na obra.

IX - Em continuidade aos estudos iniciados na etapa anterior, os projetos e produtos apresentados deverão contemplar a aplicação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C, elaborado e revisado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, bem como o conteúdo da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obra pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como a Instrução Normativa 02 de 04 de junho de 2014.

X - O projeto executivo de arquitetura deverá ser elaborado com base nos parâmetros, procedimentos e determinações constantes nas normas técnicas NBR 10151 e NBR 10152, ou as que vierem substituí-las ou complementá-las, na legislação aplicável e nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, NR 17, ergonomia, conforto ambiental, complementados no que couber com orientações e instruções adicionais fornecidas pela fiscalização.

7.3.4.1.1 Serão apresentados os seguintes produtos: (Os itens abaixo descritos constituirão, no mínimo, o Projeto Executivo Completo)

a) Coordenação e compatibilização de todos os projetos

Compatibilização entre a arquitetura, estrutura, layout e projetos de instalações, demonstrando o posicionamento de equipamentos, tomadas, caixas de passagem, sensores, luminárias, sonofletores, detectores, sprinklers, etc. no piso e forro.

b) Arquitetura

Envolvendo além das plantas dos diversos pavimentos e compartimentos com suas cotas de nível, os detalhamentos de tipo e paginação de piso, rejunte, bancadas e forro (incluindo a disposição de luminárias, sistema de sonorização ambiente e detectores de fumaça, etc.), detalhamento de áreas frias (em suas quatro faces) com locação de peças, metais sanitários e acessórios, mapeamento e detalhamento de esquadrias com posicionamento de fechaduras, maçanetas, dobradiças etc., detalhamento e dimensionamento dos elementos arquitetônicos, visando ao acesso a portadores de necessidades especiais e detalhamento de pintura e revestimento interno e externo, incluindo ainda leiaute interno e mobiliário;

- Plantas baixas de toda a edificação, acrescentando as indicações de plantas parciais e detalhes nas áreas mais complexas, além de tabela de acabamentos e mapa de esquadrias;
- As plantas deverão demonstrar todos os elementos de construção e/ou demolição necessários à perfeita execução da obra, tais como paredes, esquadrias, divisórias, painéis, acessos, escadas, rampas, grades, etc., devidamente especificados e cotados;
- Cortes de todos os ângulos necessários à perfeita visualização da edificação, acrescentando indicações de cortes parciais e detalhes especiais tais como equipamentos fixos, peças metálicas, etc.;
- Elevações de todas as fachadas, acrescentando tabelas de acabamentos e incorporando as esquadrias definidas e chamadas para detalhes especiais;
- Plantas e cortes parciais em compartimentos e áreas que devido à sua complexidade exijam maior detalhamento tais como sanitários, copa, escadas, acesso principal etc., detalhando sempre que necessário os arremates, bancadas, parapeitos etc.;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Cobertura com soluções técnicas e detalhamentos da estrutura de sustentação das lajes compatível com a arquitetura e com o sistema de captação de águas pluviais a ser projetado;
- Desenhos de componentes arquitetônicos (esquadrias metálicas e de madeira, brises, guarda-corpo, corrimão, etc.) onde estarão representados e dimensionados, através de plantas, cortes e elevações;
- Mapa geral de esquadrias relacionando tipos e quantidades, definindo detalhes de acabamentos, ferragens e arremates diversos;
- Plantas detalhadas de todos os forros e pisos, incluindo paginação;
- Planta da área externa com indicação de materiais de acabamento, compatibilizada com projetos de urbanização e de paisagismo;
- Previsão de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências (banheiros, inclinação de rampas, corredores, portas, piso tátil, etc.);
- Memorial descritivo e especificações completas de todos os materiais e serviços que compõem o projeto.

c) Acústica

Levantamento das condições existentes e propostas, inclusive memorial de cálculo. O projeto deverá especificar, de forma clara e objetiva, as características acústicas dos materiais e dispositivos a serem utilizados, bem como a sua forma de aplicação, e apresentar, em planta, as indicações dos níveis de ruído atual e esperado após as intervenções, nos locais indicados pela fiscalização, ou sejam, áreas de trabalho, auditório, halls de entrada, salas de reunião, circulações, áreas comuns e privativas, refeitório, garagens, etc.

d) Layout de Mobiliário

I - O projeto de layout deverá ser entregue com plantas cotadas e relação padrão contendo a quantidade de mesas, cadeiras, guichês, biombos, e demais peças de mobiliário e/ou acessórios da unidade, tais como cofres, equipamentos de uso (bebedouro, geladeira, fogão elétrico, microondas, cafeteira, etc.). Deverão estar indicados em planta, de forma clara e através de legendas. As indicações serão completas, com cores, revestimentos, detalhes, etc.

II - As plantas deverão demonstrar todos os elementos da construção, tais como paredes, esquadrias, divisórias, painéis, etc. que interagem com o layout. Todos os projetos de layout deverão contemplar acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências (espaço de circulação e passagem, áreas de espera, mesas adaptadas, trilha tátil, etc.).

III - A princípio o mobiliário existente deverá ser reaproveitado, para tanto a CONTRATADA deverá efetuar juntamente com o projeto as-built o levantamento dos móveis e desenho dos mesmos em planta.

e) Impermeabilização



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

I - Considerando o tipo de estrutura, sua finalidade e estágio de cálculo, suas deformações e posicionamento de juntas; seus detalhamentos quanto a inclinações, enchimentos, regularizações e preparos de superfícies verticais e horizontais, platibandas, rodapés, ralos e extravasores de segurança compatíveis com os demais projetos, em particular, com sistema de captação de águas pluviais.

II - Todos os sistemas de impermeabilização a serem adotados deverão ser projetados e detalhados para a execução correta da obra. Serão detalhadas, principalmente, as juntas de dilatação (horizontais e verticais), passagens de dutos, ralos, ancoragens de impermeabilização, furos, passagens de parafusos, outros elementos emergentes e demais pontos críticos.

III - Só poderão ser especificados sistemas impermeabilizantes normalizados e deverão ser projetados para um prazo mínimo de vida útil de 20 (vinte) anos.

IV - Serão impermeabilizadas todas as áreas sujeitas a contatos transitórios ou permanentes com água, como coberturas, jardins, jardineiras, calhas, rufos, pisos de copa, banheiros, reservatórios de água (subterrâneo ou superiores), lajes e cortinas em contato com o solo, juntas de dilatação, encaixes de esquadrias e fachadas.

V - As esquadrias, sujeitas a contatos com água, serão projetadas de forma a garantir total estanqueidade.

VI - Todas as áreas horizontais a serem impermeabilizadas deverão ter caimentos suficientes em direção aos pontos de escoamento de águas.

VII - As áreas expostas ao calor e resfriamento (coberturas e afins) serão projetadas para receber tratamento térmico antes da camada de proteção mecânica.

VIII - Todas as áreas a serem impermeabilizadas serão previamente regularizadas e terão os cantos arredondados. Após a impermeabilização, será executada proteção plástica ou berço anticompressão, devidamente projetado, para amortecer choques mecânicos. Sobre a proteção plástica, será executada camada protetora de toda a impermeabilização.

IX - Para os pisos de banheiros e demais áreas internas a serem impermeabilizadas, deverá ser previsto rebaixamento suficiente para nivelar os pisos das diferentes áreas. Os desníveis deverão ser previstos nos projetos de arquitetura, estrutura e demais projetos.

f) Urbanização

Consiste basicamente na circulação veicular, de pedestres e pavimentação, envolvendo os passeios externos e o sistema viário interno, iluminação externa, rampas, escadas, estacionamentos, gradis, cercamentos, bicicletários, além da locação de tampas de inspeção de redes subterrâneas de instalações elétricas, águas pluviais, esgoto etc.;

g) Paisagismo

Envolve a definição de seus elementos com previsão de crescimento, enraizamento e poda, compatíveis com o clima local e os demais elementos construtivos, projeto de construção de poço artesiano para extração de águas subterrâneas para irrigação, devendo providenciar as devidas autorizações junto aos órgãos competentes (ADASA e outros).

h) Fundações, inclusive sondagem do terreno



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

I - A execução de sondagem no terreno onde se localizarão as edificações e a emissão do respectivo laudo será de responsabilidade da CONTRATADA. Os resultados deverão subsidiar a elaboração dos projetos de fundação e terraplenagem. A contratação da empresa que deverá elaborar o laudo de sondagem deverá ser previamente submetida à apreciação da fiscalização.

II - Os projetos de fundação e estrutura deverão ser desenvolvidos tendo como base Laudo de Sondagens, a ser fornecido pela CONTRATADA. Os dados necessários à elaboração do referido laudo deverão ser levantados por empresa de sondagem especializada.

III - A contratação da empresa para elaboração de pesquisa de solo e levantamento de dados para elaboração do Laudo de Sondagem deverá ser precedida de aprovação pela fiscalização.

IV - Todas as despesas para contratação de empresa e realização dos trabalhos de sondagem são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

V - A CONTRATADA será responsável pela definição do tipo de fundação mais adequada, tendo por base os laudos e ensaios de sondagem e as características dos edifícios projetados. Se constatado e necessário, projetar o rebaixamento do lençol freático.

VI - O projeto de fundação considerará as particularidades do local, contemplando, além dos aspectos de segurança, o custo, a viabilidade de execução e a possibilidade de ocorrências indesejáveis nas áreas vizinhas aos lotes.

VII - O projeto compreenderá cálculos, desenhos, programa de execução - inclusive para lançamento e cura de concreto e retirada de formas e escoramentos - e memória de cálculo devidamente encadernada e rubricada pelo(s) autor(es) do projeto.

VIII - Na concepção do projeto de fundação deverão ser apresentadas preliminarmente as diversas opções alternativas tendo por objetivo selecionar a melhor solução, do ponto de vista técnico e econômico. Para as opções propostas, deverão ser apresentados relatórios contendo detalhes técnicos executivos, sua vantagens e desvantagens, bem como o custo estimado detalhado de cada uma. As opções deverão estar harmonizadas e compatibilizadas com os projetos de arquitetura, estrutura, terraplenagem e demais projetos.

IX - O projeto deverá apresentar o detalhamento completo das fundações, concebidas e dimensionadas nas etapas anteriores. Deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos necessários à perfeita execução.

X - Deverão ser apresentados:

- plantas de locação dos pilares e respectivas cargas;
- planta de locação das estacas, tubulões, radiers ou sapatas, com os detalhes construtivos e armações específicas;
- formas das fundações em escala adequada;
- formas e armação, em escala adequada, dos blocos ou sapatas;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- plantas de locação e formas das fundações;
- especificações técnicas preliminares de materiais e serviços;
- orçamento preliminar com quantitativos e materiais;
- relatório técnico onde deverão ser apresentadas as descrições e justificativas dos dimensionamentos, tensões e cargas admissíveis, cálculo estimado dos recalques totais, diferenciais e distorções angulares e comparação com os valores admissíveis, considerações sobre o comportamento das fundações ao longo do tempo, metodologia executiva, características e disponibilidades dos equipamentos a serem utilizados.

XI - No desenvolvimento dos projetos serão obedecidas as recomendações das normas brasileiras que tratam de concreto armado e fundações, mais especificamente a NBR 6118 (NB 1) e a NBR 6122 (NB-51), em suas últimas versões publicadas pela ABNT.

i) Cálculo Estrutural, inclusive reforços se necessário

I - A CONTRATADA, em conjunto com a fiscalização, decidirá sobre o melhor sistema estrutural a ser adotado para os diversos segmentos da obra, podendo adotar sistemas mistos de concreto, aço, protensão, pré-moldados, steelframe, steeldeck, dentre outros.

II - O projeto deverá conter todos os elementos estruturais, detalhes construtivos, legendas, especificações e demais informações necessárias ao seu perfeito entendimento e execução, totalmente compatibilizados com o projeto de arquitetura e demais projetos de engenharia.

III - As peças mais finas e esbeltas deverão, se necessário, ter indicação de contra-flechas em detalhes específicos.

IV - O processo de cálculo contemplará - observadas as limitações impostas pelas normas brasileiras - o bom aproveitamento dos materiais e a redução de perdas, objetivando a minimização dos custos de execução.

V - Deverão ser adotadas as sobrecargas previstas nas normas brasileiras, com exceção das abaixo indicadas:

- casas de máquinas: maior ou igual a 1.000 kgf/m² com verificação individual específica para cada equipamento especificado nos projetos de engenharia;
- biblioteca, almoxarifado, arquivo e depósito: 1.000 kgf/m².

VI - A memória de cálculo deverá conter todos os dados utilizados, sobrecargas consideradas, hipóteses aplicadas e resultados obtidos.

VII - Deverão estar contidas, nos desenhos, indicações claras dos abatimentos e resistências mínimas do concreto, bem como as características de resistência e de retração das argamassas de regularização e de enchimento de nichos e caixas de chumbadores e embutidos. Deverão conter, também, especificação do tipo de aço utilizado e de eventuais cabos de proteção com os valores de tensões correspondentes ao limite de escoamento e à ruptura do material.

VIII - Deverá ser considerado como parâmetro de cálculo o valor de 100 anos para a vida útil da edificação. Considera-se vida útil de serviço a idade do concreto armado sem o aparecimento de manifestações patológicas inadmissíveis, estimadas em função de



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

modelos de medição da penetração de gás carbônico (CO₂) e de cloretos (Cl⁻) no concreto (despassivação). O cálculo estimado da vida útil deverá constar na memória de cálculo.

IX - Deverá ser apresentado, complementarmente, relatório com os estudos comparativos das opções estruturais e justificativas técnica e econômica da alternativa escolhida.

X - Os desenhos de forma deverão conter:

- plantas, em escala apropriada, de todos os pavimentos e escadas, incluindo dimensões principais, locações, níveis e contra-flechas;
- cortes e detalhes necessários ao correto entendimento da estrutura;
- detalhes de juntas, impermeabilizações, nichos, orifícios e embutidos;
- indicação, por parcelas, do carregamento permanente considerado em cada laje, com exceção do peso próprio;
- indicação da resistência característica do concreto.

Os desenhos das armações deverão indicar:

- detalhamento, em escala apropriada, de todas as peças do esquema estrutural;
- especificação do tipo de aço;
- tabela e resumo de armação por folha de desenho;
- especificações técnicas de materiais e serviços;
- orçamento básico da estrutura com indicação dos quantitativos dos materiais.

XI - Deverá ser apresentado relatório técnico com descrição das ações consideradas no cálculo de cada peça ou conjunto de peças estruturais, esquema para o cálculo dos esforços e demais informações pertinentes.

XII - Em cada desenho de forma das lajes deverá estar registrado de forma clara o valor da sobrecarga considerada para cálculo.

j) Instalações Hidrossanitárias, inclusive água quente para vestiários e cozinha, através de sistema de aquecimento solar

I - O Projeto Hidrossanitário completo deverá ser elaborado em conformidade com as normas técnicas NBR 5626, NBR 8160, NBR 10844, NBR 9649 da ABNT, ou as que vierem substituí-las e normas da Concessionária local, complementado no que couber com orientações e instruções adicionais fornecidas pela fiscalização. O projeto a ser entregue à fiscalização deverá vir com a devida aprovação pela Concessionária local, se for o caso. O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra.

II - Sistemas de tratamento e aproveitamento de águas cinza e respectivo armazenamento em cisternas, bem como bombas e tubulações.

III - A execução dos projetos e especificações das instalações hidráulicas devem atender às recomendações das últimas revisões das normas específicas da ABNT, principalmente a NBR 5626 – Instalações Prediais de Água Fria; a NBR 8160 – Sistemas Prediais de Esgoto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

Sanitário -. Projeto e Execução; e a NBR 10844 – Instalações Prediais de Águas Pluviais – Procedimentos, às exigências das empresas concessionárias de serviços públicos e às recomendações dos principais fabricantes.

IV - As instalações devem ser dimensionadas e projetadas visando a garantir o funcionamento dos sistemas com conforto, facilidade de manutenção e segurança, prevendo inclusive aumento da população de usuários, sem provocar distorções de custos operacionais ou de limpeza e manutenção. Deverão ser respeitadas a qualidade da água fornecida pela concessionária e a orientação de utilização de dispositivos que provoquem menor consumo de água, como vaso sanitário com caixa acoplada ou válvula de descarga externa com regulagem de vazão e tempo de descarga e torneiras que tenham dispositivos do tipo temporizador, sensor de calor ou regulador de vazão.

V - O Projeto das instalações hidrossanitárias abordará os seguintes itens relativos a dimensionamento e especificação:

- instalações hidráulicas internas de água fria e quente;
- instalações hidráulicas externas, servindo a reservatórios e propósitos afins;
- instalações sanitárias internas de esgoto sanitário com o seu respectivo sistema de ventilação;
- instalações sanitárias externas, sob forma de redes gerais, conduzindo o efluente até o eventual local do tratamento ou rede pública;
- instalações de coleta e condução de águas pluviais, tipo internas;
- instalações de águas pluviais externas, sob a forma de redes gerais, conduzindo as águas captadas até o coletor geral ou locais adequados; e
- captação de água de consumo sendo prevista através do abastecimento direto da concessionária.

VI - O sistema de abastecimento de água potável da edificação será integrado ao sistema existente. Deverão ser previstos no projeto os pontos exatos de interligação na rede existente. Deverá ser verificada a existência de redes ou outra instalação que esteja no local e que deverão ser remanejadas. Estas possíveis intervenções nas instalações existentes, também deverão ser especificadas no projeto.

VII - Deverá ser instalado registro de gaveta para possibilitar o fechamento do abastecimento da alimentação para possíveis manutenções e limpezas. A rede de abastecimento de água fria deverá ser constituída por tubos e conexões de PVC rígido soldáveis, salvo casos de inviabilidade técnica.

VIII - Deverão ser entregues quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos, memoriais, desenhos e especificações que definem a instalação de sistemas de recebimento, alimentação, reserva e distribuição de água fria nas edificações e orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos.

IX - Será exigido relatório técnico (incluindo consulta prévia na concessionária local, caso necessário), conforme práticas de projeto.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

X - Deverão ser observadas ainda as seguintes condições gerais:

- Conhecimento da disponibilidade de vazão e pressão na rede da concessionária;
- Conter o tipo, número de usuários e necessidades de demanda;
- Determinar a quantidade de água para consumo médio diário e o volume da reserva a ser utilizada, de acordo com as recomendações da Norma NBR 5626, exigências da concessionária local e legislação regional;
- Considerar no volume total de armazenamento, a reserva de água para combate a incêndio;

XI - As edificações construídas em regiões servidas por sistema de abastecimento público de água deverão ligar-se obrigatoriamente a este, respeitando as exigências da concessionária local;

XII - Deverá ser apresentado cálculo do sistema de bombeamento, quando houver, com especificação dos equipamentos e materiais do sistema de bombeamento;

XIII - Na determinação das vazões máximas para dimensionamento dos trechos da rede de água fria, deverá ser computado o uso simultâneo dos pontos de consumo (aparelhos, equipamentos e outros);

XIV - Toda a instalação de água fria deverá ser projetada de modo a que as pressões estáticas e dinâmicas se situem dentro dos limites estabelecidos pelas normas, regulamentações, características e necessidades dos equipamentos e materiais das tubulações que forem especificadas no projeto;

XV - As passagens através de uma estrutura serão projetadas de modo a permitir a montagem e desmontagem das tubulações em qualquer ocasião, sem que seja necessário danificar esta estrutura. Em nenhuma hipótese, será permitida passagem de tubulação em pilares. As eventuais passagens através de vigas e lajes deverão ser feitas somente após avaliação de projetista estrutural, a cargo da CONTRATADA;

XVI - Os suportes para as tubulações suspensas deverão ser posicionados e dimensionados de modo a não permitir a sua deformação física. Para as tubulações de cobre deverão ser previstos isolamento entre a tubulação e os suportes para se evitar a corrosão galvânica; e

XVII - Nas juntas estruturais, as tubulações deverão ser projetadas para absorver eventuais deformações.

XVIII - A Apresentação Gráfica do Projeto de Instalação de Água Fria deverá estar incorporada a apresentação global dos projetos de instalações hidráulicas e sanitárias.

XIX - Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Planta baixa de cada pavimento da edificação, em escala 1:50, contendo indicação das tubulações quanto a comprimentos, material, diâmetro e elevação, quer horizontais ou verticais, localização precisa dos aparelhos sanitários e pontos de consumo, reservatórios, poços, bombas, equipamentos como instalações hidropneumáticas, estação redutora de pressão, barriletes, prumadas, ramais, redes e pontos de consumos;
- Indicação de ampliações, cortes e detalhes;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Planta de locação e dimensões das passagens necessárias na estrutura do edifício;
- Esquema isométrico geral e de cada área molhada, com indicação de cotas verticais horizontais, diâmetro e comprimento dos tubos, vazões, pressões nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos;
- Detalhamento das áreas molhadas, com especificação genérica do nível das peças utilizadas para ligação dos principais pontos de consumo (bacia sanitária, mictório, lavatório, pia de cozinha, torneira de lavagem, chuveiros, registros gerais, entre outros);
- Indicar o tipo de abastecimento dos vasos sanitários (válvulas de descarga, caixa de descarga ou caixa acoplada);
- Detalhamento das instalações especiais, caso necessárias, estação redutora de pressão, bombas, filtros, pressurizadores, entre outros; e
- Esquemas verticais das instalações (cortes).

k) Água Quente

Deverá ser previsto sistema de aquecimento, com emprego de coletores solares, para a cozinha e todos os chuveiros do prédio.

l) Redução do Consumo de Água

Prever a maximização da eficiência do uso da água dentro dos edifícios para redução da demanda e diminuição da água a ser tratada no sistema da concessionária local.

m) Esgotos Sanitários

I - As novas instalações deverão ser interligadas ao sistema de esgotamento sanitário existente na edificação. Devem ser representadas nos projetos as redes externas existentes que eventualmente necessitem ser remanejadas em função da obra.

II - Deverão ser projetados, especificados e detalhados todos os dispositivos de fixação, ancoragem e suspensão de tubulações. Os sistemas de recalque de esgotos, se necessário, deverão ser dimensionados de forma a permitir a manutenção sem a interrupção da operacionalidade do sistema. As caixas de passagem projetadas devem estar localizadas dentro de limites máximos de distância, de forma a facilitar a limpeza e desentupimento das tubulações. Especial cuidado tem de ser tomado na especificação das tampas das mesmas, para permitir a estanqueidade quanto a odores e para evitar a entrada de água pluviais.

III - Deverão ser entregues quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos, memoriais, desenhos e especificações que definem a instalação e orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos.

IV - Deverá ser elaborado relatório técnico, (incluindo consulta prévia na concessionária local, caso necessário), conforme práticas de projeto;

V - Deverão ser observadas ainda as seguintes condições gerais:

- Permitir o rápido escoamento dos despejos;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Facilitar os serviços de desobstrução e limpeza sem que seja necessário danificar ou destruir parte das instalações, alvenaria e/ou estruturas;
- Impedir a formação de depósitos de gases no interior das tubulações;
- Impedir a passagem de gases, animais e insetos ao interior da edificação;
- Impedir a contaminação da água para consumo;
- Não interligar o sistema de esgotos sanitários com outros sistemas.

VI - A determinação da contribuição de despejos e o dimensionamento da tubulação, trecho por trecho, deverão obedecer ao estipulado na NBR 8160;

VII - Prever peças adequadas de inspeção das tubulações aparentes ou embutidas, para fins de desobstrução, pelo menos nos pés dos tubos de queda, nos ramais de esgoto e sub-ramais em trecho reto, a cada 15,00 metros no máximo e antes das mudanças de nível ou de direção, quando não houver aparelho sanitário ou outra inspeção a montante situada em distância adequada;

VIII - As caixas de inspeção, coletoras e outras serão localizadas de preferência, em áreas não edificadas;

IX - As caixas de gordura deverão ser fechadas, com tampa removível e dotadas de fecho hidráulico, sendo adotadas para o esgoto sanitário gorduroso proveniente de pias de copas e cozinhas;

X - Aparelhos sanitários e ralos não serão conectados diretamente em subcoletores que recebem despejos com detergentes, os quais possuirão ramais independentes para evitar o retorno de espumas;

XI - Evitar, sempre que possível, a ligação dos ramais de descarga de aparelhos em desvios de tubo de queda; neste caso, os ramais possuirão coluna totalmente separada ou interligada abaixo do desvio;

XII - Os ramais de descarga deverão preferencialmente ser providos de sifonamento;

XIII - O sistema de ventilação referente à instalação predial de esgotos sanitários deverá obedecer à Norma da ABNT, NBR 8160;

XIV - É vedada a instalação de tubulação de esgoto em locais que possam apresentar risco de contaminação da água potável;

XV - Quando forem previstas aberturas ou peças embutidas em qualquer elemento de estrutura, o autor do projeto de estruturas deverá ser consultado para sua verificação e posterior aval; e

XVI - Os suportes para as tubulações suspensas serão posicionados de modo a não permitir a deformação física destas.

XVII - Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Planta baixa de cada pavimento da edificação, em escala 1:50, contendo caminhamento e indicação das tubulações quanto a material, diâmetro e elevação, localização precisa dos aparelhos sanitários, ralos e caixas sifonadas, peças e caixas de inspeção, tubos de



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

queda e ventilação, caixas coletoras e instalações de bombas, se houver, caixas separadoras e outros;

- Desenhos da instalação de esgoto sanitário referente à rede geral, com indicação de diâmetro dos tubos, ramais, coletores e sub-coletores;
- Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com despejos de água, em escala 1:20, com detalhamento das instalações;
- Detalhes de todas as caixas, peças de inspeção, instalações de bombeamento, do sistema de tratamento do esgoto empregado e outros que se fizerem necessários;
- Desenho da instalação de esgoto sanitário em representação isométrica, referente à rede geral, com indicação de diâmetro e comprimento dos tubos, ramais e coletores;
- Esquemas verticais das instalações (cortes), indicando os componentes do sistema e suas interligações;
- Planta de locação e dimensões das passagens necessárias na estrutura; e
- Memórias de cálculo do sistema de tratamento de esgoto conforme NBR 7229 e cálculo do sistema de bombeamento, quando houver.

n) Instalações Elétricas de Luz e Força, Inclusive Estabilizada

I - O projeto de instalações elétricas não estabilizadas deverá ser elaborado em conformidade com NBR ABNT ISO/CEI 8995-1:2013 – iluminação, bem como as demais normas relacionadas a elaboração de projetos elétricos em alta, média e baixa tensão, complementado no que couber pela norma IEC 60364 e atos normativos da Concessionária local, bem como orientações e instruções adicionais emanadas pelo setor de TI do CFMV.

II - O projeto deverá ser entregue com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nível A do PROCEL.

III - O projeto deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- Projeto de entrada de energia (com detalhamentos do padrão conforme exigência da Concessionária local);
- Projeto de subestação, se necessário, (quando se tratar de entrada de energia em AT conforme exigência da Concessionária local);
- Projeto de iluminação (incluindo iluminação de emergência e balizamento de rotas de fuga conforme exigências do Corpo de Bombeiros);
- Projeto de interruptores e de tomadas de uso geral e força;
- Projeto completo e cálculo de nobreaks, UPS, grupo gerador;
- Projeto unifilar com diagrama dos quadros gerais, parciais de distribuição e força, com respectivos quadros de cargas; e
- Memorial do cálculo, incluindo o luminotécnico.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

IV - Os projetos deverão ainda indicar detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

V - O projeto deverá ser devidamente aprovado junto à Concessionária local, caso necessário.

VI - O projeto completo de instalações elétricas estabilizada deverá ser elaborado em conformidade com NBR 5410 da ABNT, ou as que vierem substituí-las, complementado no que couber pela norma IEC 60364, bem como orientações e instruções adicionais emanadas pelo setor de TI do CFMV.

VII - O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- Projeto de tomadas estabilizadas;
- Projeto unifilar com diagrama dos quadros parciais e geral de automação, com respectivos quadros de cargas;
- Memoriais de cálculo e especificações.

VIII - Os projetos deverão ainda indicar detalhamentos de montagens, fixações, tubulações, quadros e outros elementos necessários à compreensão da execução.

o) Iluminação (projeto luminotécnico)

I - O projeto luminotécnico deverá possuir como pressuposto principal a ênfase na eficiência energética, utilização de lâmpadas e luminárias de LEDs e iluminação natural, seguindo estrita obediência às normas vigentes da ABNT .

II - Deverá ser efetuado um levantamento criterioso e detalhado da situação existente no local com as cargas elétricas, medições com luxímetro, condições de instalações futuras e embutimento, diâmetros disponíveis quando houver lajes, fixação condizentes com a estrutura existente, possíveis adequações com controle de luminosidade, controle de presença, necessidade de iluminação pontual, destaque de obras de arte e mural no hall de entrada, valorização do paisagismo, iluminação cênica para paisagismo, fachadas, dentre outros.

III - O projeto em si deverá apresentar todos os cálculos luminotécnicos , especificações técnicas dos equipamentos, planta de implantação com as cotas, caderno de detalhamento de instalação, simulação em software especializado.

IV - Será imprescindível a vistoria minuciosa ao local antes do início dos projetos, levantamento da carga de iluminação existente visando apresentar um relatório consistente de eficiência energética e demonstrativo do ganho (estudo de viabilidade) para o CFMV com o novo projeto.

V - O Projeto Luminotécnico é complementar ao de instalações elétricas e deverá obedecer às indicações do projeto arquitetônico, às normas e especificações da ABNT, em especial a NBR 5413:1992, que estabelece critérios de luminância para Interiores.

VI - O projetista deverá compreender os objetivos da edificação – físicos, estéticos, econômicos e de sustentabilidade – por meio de reuniões com a CONTRATANTE.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

VII - O projetista deverá identificar os requisitos luminotécnicos do projeto e as determinações das normas técnicas acerca das necessidades visuais em cada ambiente com a definição dos requisitos luminotécnicos de cada local estudado. Para isso deverá analisar os diferentes ambientes e a tipologia das tarefas a serem realizadas em cada local, determinando os índices de luminâncias a serem utilizados em cada área.

VIII - O projeto de iluminação (interna, de emergência e externa) deverá contemplar os níveis de iluminamento adequados a cada ambiente, definidos pela norma, além de escala monumental diferenciadora da edificação para a localidade.

IX - O projeto deverá visar à eficiência energética da edificação, buscando: minimizar o vazamento de luz do edifício e terreno, reduzir o brilho gerado para aumentar o acesso visual e reduzir o impacto no ambiente noturno. Em áreas externas, iluminar apenas áreas requeridas por segurança e conforto, não ultrapassar 80% a densidade de consumo de energia em iluminação externa e 50% em iluminação de fachadas.

X - Deverão ser analisadas diversas opções de tecnologias disponíveis no mercado para avaliação da sua qualidade técnica e econômica. Em função dessa pesquisa, deverão ser selecionados equipamentos e detalhes construtivos adequados à integração dos equipamentos de iluminação com a arquitetura e interiores propostos e com os princípios de eficiência energéticas almejados.

XI - Em auditórios e nas salas de plenário deverá ser prevista iluminação ambiente e cênica, com mesa controladora.

XII - Em função dos estudos preliminares, deverá ser elaborado um Relatório Síntese das necessidades e condicionantes, assim como um Resumo dos equipamentos adequados ao uso no projeto de iluminação.

XIII - São responsabilidades do autor do projeto de iluminação:

- O atendimento às determinações das leis trabalhistas e das normas técnicas vigentes no país no tocante ao conforto visual e à saúde dos usuários dos ambientes por ele projetados;
- A correta transmissão dos dados técnicos para todos os profissionais envolvidos do projeto;
- Os resultados relativos a luminâncias resultantes nos diversos ambientes do projeto, bem como relativos ao controle de luminância dos equipamentos especificados;
- Atendimento dos índices de consumo estabelecidos pelos órgãos de certificação para o desempenho adequado do edifício em termos de sustentabilidade;
- A utilização de ferramentas técnicas adequadas à correta operação do edifício e à sua adequada manutenção.

Produtos do Projeto Luminotécnico

- Curvas isolux horizontais e/ou verticais das áreas de todos os ambientes em que forem realizadas tarefas específicas e áreas especiais;
- Planta de distribuição dos equipamentos de iluminação (luminárias, lâmpadas, reatores e acessórios), com indicação das cotas de locação de todas as luminárias, dos comandos



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

de acionamento de cada conjunto e da composição de cenários em cada ambiente, para todas as áreas;

- Detalhes gráficos em escala apropriada à construção de elementos de iluminação integrados a clarabóias, sancas para iluminação de tetos e paredes, pórticos, bancos, corrimãos, placas indicativas, totens, e
- Detalhes gráficos, em formato de detalhe esquemático em escala apropriada à compreensão e à viabilidade técnica de produção de luminárias especialmente adaptadas para a obra;
- Memorial descritivo com cálculos de luminância e condições gerais de projeto;
- Especificações técnicas;
- Planilha orçamentária.

As Especificações Técnicas deverão ser constituídas por:

- Luminárias: tipo, fabricação, dimensões, acabamentos, resistência à choques e umidade, tipo de fixação e integração com a arquitetura; lâmpadas utilizadas nas luminárias, desempenho luminotécnico (rendimento, controle de luminância e abertura do fecho luminoso).
- Lâmpadas: tipo, fabricação, potência, tensão de rede, fluxo luminoso (lm), abertura e intensidade do fecho luminoso (cd), temperatura de cor (K), índice de reprodução de cor, vida útil.
- Reatores: tipo e fabricação, número de lâmpadas, tensão de rede V, fator de potência, fator de fluxo, perdas e vida útil.
- Acessórios de controle de iluminação para variação da intensidade luminosa e da composição de cenários: tipo e fabricação, capacidade de potência e número de cenários, integração com os demais elementos eletrônicos do sistema de iluminação.
- Quantificação dos equipamentos utilizados.
- Localização dos equipamentos de iluminação nos diferentes ambientes.

XIV - Os circuitos de iluminação deverão ser divididos para utilização parcial ou por setores, sem prejuízo do conforto.

XV - Para a iluminação emergencial, deverão ser previstos módulos de iluminação autônomos, com lâmpadas de LED, distribuídos ao longo da instalação, com ênfase nos corredores e vias de acesso. Os módulos serão alimentados por tomadas fixadas em condutores, com circuitos exclusivos.

XVI - Para a alimentação das luminárias, deverá ser utilizado cordão de alimentação com cabo multipolar 3 x 1,5 mm², e tomada de topo no perfilado ou condutor no eletroduto.

XVII - Todas as luminárias deverão ser aterradas.

p) SPDA

I - O projeto de SPDA e aterramento deverá obedecer às indicações do projeto arquitetônico, as normas e especificações da ABNT mais recentes, em especial a NBR5419:2015 – proteção de estruturas contra descargas atmosféricas (todas as partes



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

aplicáveis), com ênfase para cálculo de gerenciamento de risco, normas técnicas da CEB, Corpo de Bombeiros Militar do DF e normas de segurança.

II - O projetista identificará as necessidades ou exigências da instalação, considerando as características e dimensões da edificação.

III - A representação gráfica deverá incluir o desenho de plantas, cortes, detalhes que permitam a análise e compreensão de todo projeto.

IV - Para o desenvolvimento do projeto, devem ser considerados os projetos de arquitetura, fundação, estrutura e demais instalações a fim de integrar e harmonizar a instalação com as demais.

V - No projeto deverão constar os captosres, as descidas, a localização do aterramento, todas as ligações efetuadas e seus detalhamentos, as características dos materiais a empregar, bem como as áreas de proteção estabelecidas em plano vertical e horizontal.

VI - O projetista deverá adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:

- Utilização de soluções de custos de manutenção e operação compatíveis com o custo de instalação do sistema;
- Utilização de soluções que visem à segurança contra incêndio e proteção de pessoas e da instalação;
- Facilidade de acesso para manutenção e previsão de espaço para expansões dos sistemas;
- Padronização da instalação, materiais e equipamentos visando facilidades na montagem, manutenção e estoque de peças de reposição;
- Especificação de materiais, serviços e equipamentos que possibilitem a competição de mercado.

VII - O sistema de aterramento e SPDA deverá contemplar as seguintes características mínimas:

- Elementos de aterramento para instalações elétricas de baixa tensão;
- Elementos de aterramento para instalações de telecomunicações;
- Elementos de aterramento para a subestação;
- Elementos de aterramento para o CPD;
- Elementos de aterramento para o SPDA;
- Eletrodos de aterramento;
- Elementos do SPDA na cobertura;
- Elementos de descida do SPDA;
- Tanques de combustível;
- Demais indicados pela fiscalização

VIII - A edificação deverá ter esquema de aterramento do tipo T-N-S, com condutor neutro separado da proteção ao longo de toda instalação.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

IX - O dimensionamento e especificação dos diversos componentes do sistema devem levar em consideração os requisitos de segurança, especificidades técnicas e fenômenos físico-climáticas aos quais cada uma das instalações e usuários da edificação está sujeita.

X - Todos os elementos do sistema de aterramento, SPDA, estrutura, fundação deverão estar equipotencializados.

XI - O projeto deverá apresentar descrição e detalhamento das eventuais intervenções nos elementos estruturais da edificação, assim como recomendações a serem observadas durante a execução da estrutura e fundação, como amarrações, interligações, esperas, testes, medições.

XII - O aproveitamento dos elementos estruturais da edificação deve ser explicitado no projeto.

XIII - Todos os elementos metálicos externos deverão ser interligados ao sistema de aterramento, como cercas, mastros, portões, muros metálicos, elementos de fachada. Ainda, partes metálicas da edificação ou tubulações metálicas deverão ser aterradas.

XIV - Todas as instalações eletroeletrônicas ou qualquer outra instalação metálica que adentre na edificação deverão estar interligadas ao sistema de aterramento, seja por ligação direta, seja por meio de supressor de surto.

XV - Deverão ser previstas medidas de combate ou prevenção à corrosão galvânica nos pontos de contato entre metais diferentes.

XVI - Aterramento e equipotencialização das instalações elétricas de baixa tensão

XVII - Próximo ao quadro geral de baixa tensão, deverá ser prevista barra de equipotencialização principal do edifício (BEP). Esta barra deve estar interligada ao sistema de aterramento.

XVIII - Os barramentos de proteção dos quadros gerais deverão estar interligados ao BEP.

XIX - Os barramentos de proteção de todos os quadros elétricos deverão estar interligados ao barramento de proteção do respectivo quadro superior.

XX - Para todos os circuitos elétricos, deverá partir um condutor de proteção exclusivo interligado ao barramento de proteção do respectivo quadro elétrico.

XXI - O projetista poderá propor demais caixas de equipotencialização ao longo dos pavimentos, caso necessário.

XXII - Aterramento e equipotencialização das instalações de telecomunicações.

XXIII - Deverá ser prevista barra de equipotencialização principal de telecomunicações (TMGB – *Telecommunications main grounding bus bar*), interligado à barra de equipotencialização principal do edifício.

XXIV - Em todas as salas de rack, sala de telefonia e CPD, deverá ser prevista barra de equipotencialização de telecomunicações (TGB – *Telecommunications grounding bus bar*), interligado ao TMGB. Os racks devem ser interligados ao respectivo TGB.

XXV - Em cada pavimento, o TGB deverá ser interligado ao barramento de proteção do quadro elétrico que alimenta os equipamentos de telecomunicações.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

XXVI - O projeto de SPDA deverá utilizar preferencialmente os elementos estruturais da edificação como condutores de descida. Se for o caso, deverão ser descritos procedimentos para medição de continuidade e resistência, juntamente com valor máximo de resistência aceitável.

XXVII - Todos os elementos metálicos da cobertura deverão ser interligados ao SPDA.

XXVIII - Sempre que possível, utilizar a platibanda para fixação da malha captora da cobertura.

XXIX - Deverão ser previstas medidas de proteção para antenas na cobertura.

XXX - O arranjo dos eletrodos de aterramento do SPDA deverá considerar as características elétricas dos surtos decorrentes das descargas atmosféricas, tais como nível de tensão, frequência e duração.

XXXI - Todos os componentes do SPDA que sejam fabricados com materiais ferrosos deverão ser galvanizados a fogo. Parafusos, porcas e arruelas deverão ser fabricados em aço inox.

q) Instalações Eletrônicas, inclusive automação predial, cabeamento estruturado dados e voz

I - A CONTRATADA deverá atender as recomendações para instalação de redes locais nos prédios, a partir do ponto de entrada do meio físico de telecomunicações da concessionária até a sala que acomodará o roteador e desta sala até as estações nas áreas de trabalho e demais espaços da edificação.

II - O projeto completo de rede lógica (cabeamento estruturado) deverá ser adaptado em conformidade com a NBR 14.565 da ABNT, ou a que vier substituí-la, complementado no que couber pela norma ANSI/EIA/TIA 568-B.

III - Deverão ser localizados os equipamentos ativos do sistema, bem como as interligações com sistemas externos, como por exemplo central telefônica, servidor de rede, CLP, HUB, cabeçal de vídeo, central de alarme, supervisor geral, etc. Poderá ser uma sala especialmente para este fim, ou um quadro, um shaft, etc., conforme as necessidades da edificação.

IV - Cabeamento Vertical – conjunto permanente de cabos primários, que interliga a sala de equipamentos até os painéis distribuidores localizados. Representação simbólica dos eletrodutos ou canaletas e cabos, com identificação das respectivas dimensões, tipos e circuitos a que pertencem.

V - Painéis de Distribuição – deverão ser localizados em diversos pontos da edificação. Deverão receber de um lado o cabeamento primário vindo dos equipamentos, e de outro o cabeamento horizontal, fixo, que conecta os postos de trabalho. No painel deverá ser possível escolher e ativar cada posto de trabalho.

VI - Cabeamento Horizontal – conjunto permanente de cabos secundários, ou seja, que liga o painel de distribuição até o ponto final do cabeamento. Representação simbólica dos eletrodutos ou canaletas e cabos, com identificação das respectivas dimensões, tipos e circuitos a que pertencem.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

VII - Posto de trabalho – ponto final do cabeamento estruturado, onde uma tomada fixa atende uma estação de trabalho, um telefone, um sensor, etc.

VIII - Localização das caixas, suas dimensões e tipos das tomadas.

XIX - Localização dos aterramentos com identificação e dimensões dos seus componentes.

X - O projeto completo deverá adotar cabeamento mínimo de cat. 6/250Mhz, recomendado em aplicações onde são exigidas altas taxas de transmissão. Esse cabeamento visa oferecer alta performance para a distribuição horizontal de dados em um sistema estruturado, permitindo suporte para aplicações como voz tradicional (telefone analógico ou digital), VoIP, Ethernet (10Base-T), Fast Ethernet (100Base-TX) e Gigabit Ethernet a 4 pares, aumento de largura de banda nas "pontas" das redes (por exemplo, servidores e estações de trabalho) e também pela redução constante dos custos entre as tecnologias compartilhadas e onde justificado, fibra ótica, e compreender todas as informações e detalhes para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- projeto de entrada de telefonia (com detalhes do padrão conforme exigências da Concessionária local);
- projeto de tomadas de dados/voz com cabeamento estruturado;
- projeto com diagrama de conexões em elevação;
- projeto de instalação da sala do servidor (rack, central telefônica, servidor, etc.);
- rede wi-fi;
- memorial de cálculo;
- interligação entre as salas de racks a serem instaladas na construção com o CPD Central deverá ser feita por fibra ótica com redundância;
- determinar o número de salas de racks presentes na construção de acordo com as distâncias dos pontos. Sugere-se que a cada 100 m de raio seja projetada uma sala para rack;
- levantar e especificar planilha de material estimando as quantidades a serem utilizadas para a instalação da rede lógica, dados e voz (telefonia);
- indicação dos pontos para instalação de câmeras de monitoramento. Se as câmeras ficarem a mais de 100 m de algum rack, deve-se prever o uso de fibra ótica para a interligação.
- detalhes construtivos de montagem dos racks e patch-panels, com indicação de entrada e saída de tubulações e cabeamentos, localização e identificação dos elementos ativos e passivos da rede; e
- indicação e detalhes do sistema de aterramento usado para telecomunicações.

XI - Os projetos deverão ainda indicar detalhes de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

XII - O projeto completo de telefonia deverá ser adaptado em conformidade com NBR 13301 e NBR 13727 da ABNT, ou as que vier substituí-las, complementado com normativos da Concessionária local/TELEBRAS, bem como orientações e instruções adicionais emanadas pelo CONTRATANTE.

XIII - O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhes para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- detalhamento dos quadros de telefonia;
- projeto de tomadas de voz com cabeamento estruturado;
- projeto com diagrama de conexões em elevação;
- *layout* de localização da central telefônica, indicando sua interligação com o rack central da rede lógica;
- detalhes construtivos de montagem dos blocos de telefonia e *patch-panels* de voz nos racks, bem como suas respectivas identificações;

XIV - Os projetos deverão ainda indicar detalhes de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

XV - Os projetos deverão ser devidamente aprovados junto a Concessionária de Telefonia local.

XVI - O Sistema de Supervisão e Controle Predial objetiva aperfeiçoar a operação, supervisão e controle dos circuitos e equipamentos que compõem as instalações prediais, tais como: ar condicionado, iluminação e força, elevadores, bombas, exaustores, segurança patrimonial e proteção contra incêndios, podendo se estender a outros subsistemas de uso eventual, tais como sonorização, filmagem, videoconferência;

XVII - O projeto considerará que todos os novos elementos a instalar (sensores, atuadores e controladores, instalados junto aos circuitos e equipamentos) serão adequadamente integrados ao sistema porventura existente;

XVIII - O sistema preverá a instalação de um terminal remoto, que possibilite a supervisão do estado das instalações do prédio, indicando ao operador a informação, sua origem em tempo e espaço, nível de prioridade e alternativas para tomada de decisões;

XIX - O projeto conterá informações detalhadas sobre os pontos a serem supervisionados, indicando, no mínimo, os sensores, transdutores, acionadores, transmissores, receptores, fios, cabos, calhas, eletrodutos para interligação de todos os equipamentos e circuitos, fluxogramas de lógica de interligação e funcionamento do sistema;

XX - O Sistema de Supervisão e Controle Predial deverá contemplar as seguintes instalações:

- instalações elétricas e eletrônicas;
- instalações de ar condicionado e de ventilação;
- instalações hidráulicas e sanitárias;
- instalações de proteção contra incêndio;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- interface com sistema de segurança patrimonial;
- instalações de áudio e vídeo em auditórios, plenário, salas de videoconferência, salas de reunião.

XXI - As informações geradas pelas diversas instalações serão reunidas e processadas em concentradores setoriais e, daí, sob a forma multiplexada, enviadas à estação central localizada na Central de Supervisão e Controle Predial.

r) Climatização (ar condicionado), ventilação, exaustão

I - O projeto deve seguir as recomendações e a norma atualizada da ABNT NBR 16401 – Instalações de Ar Condicionado – Sistemas centrais unitários, legislações federais, estaduais e municipais vigentes, a exemplo da Portaria nº 3532/1998 – Ministério da Saúde, da ARI Standard 545 – Níveis de Emissão sonora os equipamentos e da Resolução nº 9/2003 da Anvisa (Orientação Técnica sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ambiente Interior, em Ambientes Climatizados Artificialmente para Uso Público e Coletivo).

II - O projeto de ar condicionado será desenvolvido tendo como base o sistema de Fluxo de Refrigerante Variável - VRF, tendo como fluido refrigerante o R-410A.

III - Em descritivo preliminar deverão ser informados: a carga térmica da edificação e as condições de projeto consideradas para o álcool; avaliação econômica do tipo de sistema de ar-condicionado adotado; ventilação e exaustão a serem adotados; os respectivos equipamentos e a localização prevista para os mesmos.

IV - O projeto deverá prever solução completa de sistema de ar-condicionado, sendo que, caso se decida pela implementação parcial do projeto, não ocorra incompatibilidade com os componentes existentes.

V - Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Planta de cada nível da edificação e cortes, contendo indicação dos dutos de insuflamento e retorno de ar, tubulações, materiais, comprimentos e dimensões, com elevações; bocas de insuflamento e retorno; localização precisa dos equipamentos, aberturas para tomadas e saídas de ar, pontos de consumo; interligações elétricas e eletrônicas, comando e sinalização e outros elementos;
- Desenho do sistema de instalação do ar-condicionado em representação isométrica, com indicação de dimensões, diâmetros e comprimentos de dutos e canalizações, vazões, pressão nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros elementos;
- Definição dos sistemas de fixação, isolamento térmico e acústico, amortecimento de vibração, memória de cálculo das cargas térmicas de refrigeração para todos os ambientes;
- Verificar a necessidade de se manter em ambientes pré-determinados o uso de diferencial de pressão, de modo a evitar a contaminação de um ambiente com o ar proveniente de outro;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Prever o fechamento de quaisquer aberturas que não sejam as de saída livre de ar e, em especial, as aberturas próximas das bocas de insuflamento, de modo a garantir uma boa distribuição de ar no ambiente;
- No caso de ar-condicionado especial, verificar junto ao CONTRATANTE a necessidade de equipamento reserva;
- No caso de sistema de expansão indireta, escolher o tipo de válvula motorizada (duas ou três vias) em função da necessidade da instalação;
- Prever a instalação de filtros adequados tanto para a tomada de ar exterior, como para o ar a ser insuflado nos ambientes;
- Prever e indicar a localização dos sensores em prancha;
- Determinar todas as necessidades (elétricas, hidráulicas, peso e dimensões) a serem utilizadas nos demais projetos complementares. É necessário apresentar o projeto da rede elétrica que alimentará o sistema de ar-condicionado;
- Detalhes das salas para condicionadores e outros elementos;
- Detalhes de todos os furos necessários nos elementos da estrutura, para passagem e suporte da instalação;
- Quadro resumo, desenhado em uma das plantas, contendo o dimensionamento e principais características dos equipamentos especificados;
- Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos;
- Relatório técnico, conforme práticas de projeto; e
- Manuais de operação e manutenção do sistema.

VI - Para os projetos de exaustão e ventilação mecânica, deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Planta geral de cada nível da edificação e cortes, preferencialmente em escala 1:50, contendo indicação dos dutos de insuflamento ou exaustão de ar, quanto a materiais, comprimento e dimensões, com elevações, bocas de insuflamento e exaustão, localização precisa dos equipamentos, aberturas para tomadas e saídas de ar, pontos de consumo, interligações elétricas, comando e sinalização e outros elementos.
- Projeto de ventilação mecânica para atender aos requisitos de renovação de ar nos recintos da edificação.
- Desenho do sistema de ventilação/exaustão mecânica em representação isométrica, com indicação de dimensões, diâmetros e comprimentos de dutos, vazões, pressão nos pontos principais ou críticos, cotas, conexões e outros elementos.
- Prever o fechamento permanente de qualquer abertura que não sejam as de saída de ar, em especial as aberturas próximas das bocas de insuflamento, de modo a garantir uma boa distribuição de ar no ambiente.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- No caso de ventilação/exaustão mecânica especial, verificar junto ao CONTRATANTE a necessidade de equipamento reserva.
- Determinar todas as necessidades (elétricas, hidráulicas, peso e dimensões) a serem utilizadas nos demais projetos complementares.
- Detalhes de todos os furos necessários nos elementos da estrutura, para passagem e suporte da instalação.
- Quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos.
- Relatório técnico, conforme prática geral de projeto.
- Manuais de operação e manutenção do sistema.

s) Sistemas de prevenção e combate a incêndios, inclusive escadas e rotas de fuga e sinalização de emergência

I - O projeto completo de combate e proteção contra incêndio deverá ser adaptado em conformidade com NBR 12693, NBR 13714, NBR 10897/NB 1135, NBR 14100 da ABNT, ou as que vier substituí-las e normas do Corpo de Bombeiros ou outros órgãos municipais, complementado no que couber com orientações e instruções adicionais fornecidas pelo CONTRATANTE.

II - O projeto completo deverá compreender todos os serviços necessários à adequação do imóvel às normas vigentes e obtenção do alvará do Corpo de Bombeiros, bem como todas as informações e detalhamentos para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo ser apresentado na seguinte forma:

- indicação do tipo, capacidade e localização dos extintores;
- detalhamento da rede de hidrantes (se necessário), incluindo diagrama vertical e detalhamento dos reservatórios inferiores e superiores;
- detalhamento de conjunto motobomba, se necessário;
- detalhamento das escadas de emergência (antecâmara, corrimão, revestimento dos degraus, indicação das rotas de fuga, tipos de portas corta- fogo, etc.);
- detalhamento da rede de chuveiros automáticos (sprinkler) se necessário;
- detalhamento da rede de pressurização das escadas de incêndio, se houver;
- detalhamento da rede de iluminação de emergência;
- sinalização da rota de fuga; e
- memorial de cálculo do sistema.

III - O projeto deverá ainda conter o detalhamento das instalações de acionamento de conjunto motobomba, se for o caso, e indicar detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

IV - O projeto deverá ser devidamente aprovado junto ao Corpo de Bombeiros da jurisdição do imóvel bem como em outros órgãos, se necessário.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

V - O sistema automático de detecção e alarme de incêndio será constituído de uma rede de detectores automáticos, acionadores manuais e alarmes audiovisuais analógicos endereçáveis, interligados por eletrodutos, caixas de ligação e fiação a uma central inteligente. O sistema possuirá fonte de alimentação elétrica de emergência constituída por baterias que manterá o sistema em operação mesmo na falta de energia elétrica da concessionária. Os laços de detecção são do tipo classe "A", ou seja, a fiação que alimenta detectores e acionadores volta a central, garantindo a operação do sistema mesmo em caso de rompimento da fiação. Quando qualquer dispositivo (detector, acionador ou módulo de laço) for operado, a central emitirá o alarme, identificará o laço onde ocorre o evento, de forma visível e sonora (através de uma sirene embutida no painel). Esse sistema também fará a supervisão do bombeamento do sistema de hidrantes, indicando a falta de fase na alimentação elétrica do quadro de comando, bombeamento desligado e o funcionamento das eletrobombas de pressurização e combate (principal e reserva).

VI - A concepção do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio deverá resultar da comparação entre as diversas soluções alternativas, selecionando-se a mais adequada, considerando-se os parâmetros técnicos, econômicos e ambientais.

VII - A solução deverá estar em harmonia com os Projetos de Arquitetura, Estrutura e demais instalações, observando a não interferência entre os elementos dos diversos sistemas da edificação.

VIII - O sistema de detecção e alarme de incêndio deverá ser elaborado considerando os seguintes componentes:

- acionador manual do sistema de detecção e alarme;
- avisador sonoro (sirene);
- iluminação de emergência;
- quadro de comando para alarme;
- central de alarme; e
- detector de fumaça óptico.

t) **Sistemas de controle de acesso, catracas, CFTV, segurança patrimonial**

I - O Projeto Básico Completo deverá consistir na elaboração de documentos contemplando todas as funções possíveis de serem implementadas no empreendimento, abordando:

II - Sistemas de segurança básicos como detecção e alarme de incêndio, controle de acesso, controle de intrusão, circuito fechado de televisão, controle de iluminação e sonorização, inclusive a especificação e definição de equipamentos ativos;

III - Definições e conceituações de todos os sistemas prediais (elétrica, ar- condicionado, iluminação, etc.) que serão integrados ao sistema de automação e segurança;

IV - Integração dos sistemas prediais pelo sistema de automação e segurança;

V - Outros sistemas específicos e/ou baseados em novas tecnologias.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

VI - Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

- Desenhos esquemáticos dos ambientes e centrais de automação e segurança com dimensões, condições de posicionamento, acesso e circulação de pessoas nas áreas técnicas, tubulações e sistemas técnicos, condições de ventilação e outros condicionantes;
- Dimensões principais e posicionamento de shafts e espaços técnicos com percurso vertical e horizontal;
- Posicionamento de elementos e infraestrutura de automação de utilidades (elétrica, hidráulica, ar-condicionado, iluminação), de segurança (detecção, CFTV, acesso, alarmes, sonorização) e de detecção e alarme de incêndio e comunicação de emergência;
- Projetos das salas e centrais de automação e segurança (plantas, cortes, vistas e detalhes, conforme a necessidade), com marcação de todas as premissas a serem atendidas pelos projetos das demais disciplinas;
- Plantas de todos os pavimentos com traçado final e discriminação de dutos e tubulações de Automação e Segurança e seus acessórios, trechos embutidos em vedações estruturais, com indicação de diâmetro ou dimensões, níveis e fiação, compatibilizado com os demais elementos e sistemas.

u) Sistema de geração de energia fotovoltaica

I - Primeiramente será elaborado estudo de viabilidade, com valores de investimento e prazos de retorno. Buscar-se-á o aproveitamento máximo das coberturas disponíveis, com a intenção de obter energia suficiente para autonomia da edificação.

II - O posicionamento dos painéis solares deverá ser devidamente compatibilizado com a arquitetura, evitando que possam causar reflexos indesejados à edificação.

III - O projeto completo deverá prever:

- Dimensionamento dos Painéis Solares, devendo levar em consideração os dias nublado, dessa forma ampliando a capacidade de carga do sistema (reserva de potência) para suprir a deficiência de luz solar que ocorre em alguns meses do ano e para eventual acréscimo de carga;
- Cálculo da quantidade de painéis necessários;
- Dimensionamento do controlador de carga;
- Dimensionamento do inversor DC/AC. A capacidade do inversor deve superar a potência em Watts do maior consumo dos equipamentos;
- Dimensionamento da chave comutadora (de transferência do sistema fotovoltaico para a geração a diesel, se houver);
- Dimensionamento da potência instalada do sistema e estudo de sombreamento;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Realização de projeto executivo de Geração de Energia Fotovoltaica (de acordo com as normas e legislações vigentes), estudo da conexão do sistema, dimensionamento dos cabos, seleção e coordenação de proteção e seleção dos equipamentos;
- Aprovação do projeto na concessionária;
- Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica registrada por Engenheiro Eletricista no CREA;
- Dimensionamento dos condutores da rede (fiação).

v) Águas pluviais, sistema de armazenamento e reuso, bacias de contenção, inclusive projeto de irrigação automatizada

I - O projeto de drenagem deverá estar integrado e compatibilizado com os projetos de arquitetura, estrutura, instalações e demais sistemas.

II - O sistema de águas pluviais deverá prever a drenagem de água proveniente do acionamento do sistema de sprinklers (se houver), no sentido de evitar o escoamento de suas águas por shafts e poços de elevadores, em caso de incêndio, bem como da água proveniente dos dispositivos de teste e de drenagem do sistema de sprinklers.

III - A CONTRATADA deverá prever a drenagem de águas pluviais das vias internas de veículos, estacionamentos, das áreas ajardinadas externas, jardins sobre lajes, jardineiras e outros.

VI - Toda a água pluvial proveniente dos telhados deverá ser captada e armazenada em reservatório próprio, a ser projetado.

V - As caixas coletoras deverão atender às seguintes condições:

- deverão ser independentes das caixas coletoras de esgotos;
- as bombas, apropriadas para águas sujas, deverão ser providas de válvula de retenção e registros de fechamento, em separado para cada unidade, acionadas por motor elétrico, com comando automático.

VI - O projeto deverá verificar as resistências das tubulações enterradas relativamente às cargas externas, permanentes e eventuais, a que estarão expostas e, se necessário, projetar reforços pra garantir que não sejam danificadas.

VII - Os suportes para as canalizações suspensas deverão ser posicionados e dimensionados de modo a não permitir deformações.

VIV - Os projetos deverão seguir as normas pertinentes, inclusive relacionadas às questões de redução do impacto nas redes de águas pluviais, através de bacias de contenção ou reservatórios, conforme exigido pela NOVACAP.

w) Drenagem

I - As instalações do sistema de captação, condução, reserva, tratamento, utilização e disposição das águas pluviais deverão atender às normas federais, estaduais e municipais relativas ao aproveitamento das águas e estar ligadas ao sistema existente na edificação.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

II - Esse projeto deverá incluir a solução de todas as drenagens que eventualmente se façam necessárias na edificação e seu entorno.

III - As instalações do sistema de captação, condução e disposição das águas pluviais devem seguir a filosofia do sistema separador absoluto, ou seja, não será admitida a interligação ou a interseção com o sistema de esgotos.

IV - Especial cuidado deve ser observado quando da solução para captação e condução dos escoamentos superficiais. Devem ser projetadas e especificadas as captações, conduções e disposições de águas de chuva incidentes sobre eventuais terraços, floreiras, sobre telhados e lajes.

V - Deverão ser entregues quantitativos e especificações técnicas de materiais, serviços e equipamentos, memoriais, desenhos e especificações que definem a instalação e orçamento detalhado das instalações, baseado em quantitativos de materiais e fornecimentos.

VI - Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

- Apresentar plantas de implantação, bem como os detalhes do sistema empregado;
- O projeto de drenagem pluvial deverá considerar as águas pluviais referentes à área da edificação, provenientes da cobertura/terraços e marquises;
- Considerar as áreas externas que contribuam no escoamento da área do projeto;
- Permitir a limpeza e desobstrução de qualquer trecho da instalação, sem que seja necessário danificar ou destruir parte das instalações;
- A partir do limite da propriedade onde serão previstas uma ou mais caixas de inspeção finais na rede interna, as águas pluviais serão lançadas de acordo com os métodos estabelecidos pelo órgão competente, através de:
- Descarga no meio-fio da rua, por tubo ou canaleta instalada sob a calçada;
- Ligação direta à boca-de-lobo, bueiro ou poço-de-visita; e
- Qualquer outro local legalmente permitido, com autorização do CONTRATANTE.
- Em todos os pontos baixos das superfícies impermeáveis que recebam chuva será obrigatória a existência de pontos de coleta;
- No caso em que o projeto arquitetônico prever caimento livre das águas pluviais de coberturas planas ou inclinadas sem condutores verticais, deverão ser projetados elementos no piso para impedir empoçamentos e/ou erosão dos locais que circulam a edificação, como receptáculos, canaletas, drenos e outros;
- Para a drenagem de áreas permeáveis, nas quais a infiltração das águas pluviais puder ser prejudicial à edificação, ou onde o afastamento das águas superficiais vier a ser acelerado, serão previstos drenos para absorção da água, de tipo e dimensões adequadas, e seu encaminhamento à rede geral ou a outros pontos de lançamento possíveis.

VII - Quando existirem áreas de drenagem abaixo do nível da ligação à rede pública, as águas pluviais nelas acumuladas, provenientes de pátios baixos, rampas de acesso do



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

subsolo, poços de ventilação e outros, deverão ser encaminhadas a uma ou mais caixas coletoras de águas pluviais, que deverão:

- Ser independentes de caixas coletoras de esgotos cloacais;
- Ser providas de instalações de bombeamento compostas cada uma de, pelo menos, 2 (duas) unidades, sendo uma de reserva;
- As bombas deverão ser de construção apropriada para água suja, de tipo vertical ou submersível, providas de válvula de retenção e de registros de fechamento em separado para cada unidade e de preferência, serão acionadas por motor elétrico;
- O comando das bombas de águas pluviais será automático;
- Será dada preferência a soluções com desvio das águas pluviais e calhas coletoras;
- Nas saídas laterais das águas pluviais, devem ser instaladas grelhas planas, colocadas oblíqua ou verticalmente; e
- No dimensionamento dos bocais de saída das águas pluviais, deverão ser consideradas as formulações de escoamento adequadas.

Deverão ser apresentados os seguintes produtos gráficos:

- Planta de situação ao nível da rua, em escala mínima de 1:500, indicando a localização de todas as redes e ramais externos, inclusive redes da concessionária, posicionamento de todos os elementos de coleta e características das respectivas áreas de contribuição, com dimensões, limites, cotas, inclinação, sentido de escoamento, permeabilidade e outros e com indicação das áreas a serem detalhadas, quando for o caso;
- Planta da cobertura e demais pavimentos da edificação, onde constem áreas de contribuição, em escala 1:50, contendo a localização de todos os componentes, dimensões, declividades, materiais e demais características de condutores, calhas, rufos e canaletas;
- Cortes, em escala 1:50, indicando o posicionamento dos condutores verticais, quando necessário para melhor elucidação;
- Desenhos em escalas adequadas, onde constem o posicionamento, dimensões físicas e características de instalações de bombeamento, quando houver, detalhes de drenos, caixas de inspeção, de areia coletora, canaletas, ralos, suportes, fixações e outros; e
- Desenho do esquema geral da instalação.

VIII - Os projetos deverão seguir as normas pertinentes, inclusive relacionadas às questões de redução do impacto nas redes de águas pluviais, através de bacias de contenção ou reservatórios.

x) Transporte Vertical (elevadores)

I - As lotações e capacidades de carga dos elevadores serão objeto de estudo de cálculo de tráfego, a ser desenvolvido pela CONTRATADA, o qual contemplará tanto as normas pertinentes quanto os fluxos estimados para movimentação de pessoal e materiais.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

II - As cabines dos elevadores deverão ter acabamento interno em aço inox, teto removível, ventilação mecânica, iluminação de emergência, sistema de comunicação com a central de comando na portaria, previsão de interligação com o sistema de aviso do prédio, botoeira vertical tipo sensitiva, colocada lateralmente às portas, com leitura em braile conforme NBR 9050:2015 (revisada).

III - Pelo lado interno da cabine, sobre a porta, deverão ser previstos indicadores de sentido e de posição; pelo lado externo de cada porta de pavimento, será prevista a colocação de indicadores de descida, subida e posição; os indicadores deverão ser do tipo eletrônico e digital.

IV - As portas terão abertura central, com vão mínimo de 90 cm, e serão dotadas de sistema de reabertura com emprego de raios infravermelhos.

V - Deverá ser previsto o dispositivo de regulagem automático para nivelamento da cabine com o piso do andar e de Dispositivo de Carga Concentrada, no elevador de uso misto, para evitar movimentos oscilatórios do elevador quando transportando carga.

VI - Os comandos de descida e subida serão do tipo coletivo, automático, com apenas 1 (um) conjunto de botoeira por pavimento.

VII - As casas de máquinas terão piso em material antiderrapante, cabeação através de canaletas pelo piso com proteção metálica e utilização do local apenas para abrigar as máquinas dos elevadores, com ventilação natural cruzada (temperatura máxima de 40°C ou mecânica, iluminação mínima de 200 lux ao nível do piso e colocação de, no mínimo, duas tomadas de 600W, com alimentação independente das máquinas; serão previstos ganchos e alçapão, na laje superior, para possibilitar o transporte das máquinas (pé-direito mínimo de 4 metros).

VIII - Nas caixas dos elevadores deverão ser previstos: abertura superior para ventilação, construção de aba de apoio às soleiras das portas dos pavimentos, 2,00m de profundidade mínima no poço e 5,00m a altura entre a última parada e o teto da caixa.

IX - Os poços dos elevadores serão dotados de acesso ao fundo e separação física entre os poços adjacentes, podendo ser projetada em tela de arame galvanizado com malha inferior a 5cm. Os poços deverão ser impermeáveis, devendo-se prever esforço de subpressão decorrente de lençol freático. Terão iluminação mínima de 50 lux e uma tomada de 600W (em cada poço) alimentadas independentemente dos elevadores.

X - Deverá ser previsto sistema alternativo de emergência com as seguintes características: na falta de energia elétrica, dispositivo automático para comandar a condução de todos os elevadores ao térreo, sendo um por vez, abrir as portas e passar a operar normalmente com apenas 1 (um) elevador, alimentado pelo sistema de geração de emergência (grupo gerador).

XI - No hall dos elevadores deverá haver botoeiras concentradas para subir e descer (no pavimento térreo apenas para subir e, no último pavimento, apenas para descer) e, sobre as portas dos elevadores, haverá painel indicativo de posição e sentido.

XII - O projeto preverá um painel central de tráfego, sistema de intercomunicação, chaves para operação de emergência, todos instalados na portaria, e um sistema de "comando





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

bombeiro" obedecendo às recomendações da ASME A-17.1. O projeto deverá basear-se em produtos de origem nacional, para facilitar e garantir o processo de reposição de peças quando da necessidade de manutenção, e será orientado de forma que o sistema resulte em diminuição de consumo e demanda de energia elétrica. Em seu desenvolvimento serão obedecidas as recomendações das normas brasileiras que tratam de elevadores, mais especificamente a NBR 5666, NBR 9050, NBR-NM 207 e NBR-NM 313, em suas últimas versões publicadas pela ABNT.

XIII - O cálculo de tráfego deve acompanhar o projeto legal de arquitetura.

XIV - Estrutura necessária, bem como as sobrecargas previstas deverão estar contempladas nos projetos de cálculo estrutural.

y) Sonorização ambiente, inclusive sistemas audiovisuais para salas de reunião, auditório, videoconferência

I - O projeto completo de sonorização deverá ser elaborado em conformidade com NBR 14170 da ABNT, ou a que vier substituí-la, complementado no que couber com orientações e instruções adicionais fornecidas pelo CONTRATANTE e fiscalização.

II - O projeto completo deverá compreender todas as informações e detalhes para o perfeito entendimento da execução da obra, devendo conter:

- Análise das condições acústicas do ambiente;
- Relatório técnico conforme práticas de projeto;
- Planta de locação dos pontos para instalação dos equipamentos de som;
- Planta e prumada da tubulação para passagem dos cabos;
- Detalhamentos necessários à perfeita execução do projeto;
- Planta de locação e dimensões das passagens necessárias na estrutura;
- Especificação dos materiais e equipamentos;
- Projeto de distribuição dos pontos de sonorização ambiental; e
- Memorial de cálculo.

III - O projeto deverá ainda indicar detalhamentos de montagens, tubulações, fixações e outros elementos necessários à compreensão da execução.

IV - O sistema de sonorização e avisos adotará o padrão três fios, onde o volume das mensagens a serem transmitidas será controlado pela central, independentemente do estado dos potenciômetros dos ambientes controlados.

V - A distribuição de som / avisos será setorizada por áreas distintas, tais como: circulação, áreas de escritório, casas de máquinas e demais áreas.

VI - Nas áreas de escritório o nível sonoro será controlado localmente, através de potenciômetros instalados nas paredes, em pontos estratégicos.

VII - Nas áreas comuns, tais como circulações, halls de elevadores e hall de entrada, o controle de volume será realizado única e exclusivamente pela central de operação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

VIII - Nas casas de máquinas e nos banheiros não haverá sistema para música ambiente; no entanto, serão previstos sonofletores para comunicação de avisos.

IX - No auditório será executado projeto de tratamento acústico, bem como projeto de sistema de debate, projeção tipo telão de TV, música e avisos, sendo estes dois últimos, totalmente independentes do restante do prédio.

z) Programação Visual

I - O projeto de Comunicação Visual e Sinalização deverá buscar a melhor solução de orientação dos usuários no espaço arquitetônico da edificação, observadas as recomendações das últimas revisões das normas específicas da ABNT referentes à acessibilidade, em especial à NBR 9050:2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, NBR 16537:2016 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação e à NBR 15599 – Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços.

II - A comunicação visual da edificação não deverá interferir na sinalização de segurança da edificação. Deverá conter, pelo menos:

- Os pisos, principalmente nas áreas de maior circulação de público, deverão ser antiderrapantes, principalmente quando se tratar de rampas ou áreas molhadas;
- Todas as aberturas de passagem deverão ser dimensionadas com largura mínima de 80 cm. Os corredores deverão ter largura mínima de 120 cm, sendo que a rotação de uma cadeira de rodas exige $l=150$ cm;
- A altura máxima para a manipulação de dispositivos é de 135 cm, sendo 120 cm a altura confortável. As maçanetas a serem especificadas serão, preferencialmente, de tipo alavanca;
- Deverá ser previsto trecho em rampa sempre que a diferença de nível da soleira for superior a 1,5 cm, ou em pelo menos uma das entradas, quando o térreo estiver acentuadamente acima do nível da calçada;
- Deverá ser previsto pelo menos um sanitário com facilidade para deficientes por piso;
- Os sistemas de alarme de incêndio deverão possuir dispositivos de sinalização sonoro-luminosos adequadamente localizados no edifício e o mecanismo de alarme ser de fácil ativação e estar a, no máximo, 135 cm do piso;
- Projetos de auditórios devem prever local destinado a cadeiras de rodas, inclusive, quando for o caso, dotado de equipamentos de tradução simultânea, sem prejuízo das condições de visibilidade e locomoção;
- Os refeitórios e salas de leitura deverão ser projetados de maneira a permitir o acesso, circulação e manobra de cadeira de rodas, bem como possuir mesas apropriadas aos usuários desses aparelhos;
- Todo elemento em suspenso sobre o piso deverá ter altura superior a 210 cm ou ter na sua projeção neste piso degrau ou elemento que permita a percepção por deficientes visuais;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

- Plantas dos pavimentos com a localização dos elementos de sinalização interna;
- Elevações indicando a altura dos elementos de sinalização;
- Detalhamentos necessários à perfeita execução do projeto;
- Desenho detalhado de cada elemento indicando, se for o caso, o modo de fixação, em escalas convenientes, assim como as relações com elementos elétricos ou de outros sistemas, se houver;
- Desenho do alfabeto a ser utilizado, indicando com clareza suas características gráficas e critérios de alinhamento e espaçamento de letras 1:1;
- Desenho de todos os símbolos, pictogramas e signos direcionais utilizados, em escala 1:1;
- Desenhos contendo a diagramação de associações de mensagens, escritas com signos direcionais, mensagens escritas com pictogramas, pictogramas com signos direcionais, e outras;
- Quantitativos e memorial descritivo, especificações técnicas dos serviços e dos materiais, cor, tamanho, tipo de acabamento, localização, suporte e fixação.

aa) Eficiência Energética

Compatibilização com os sistemas existentes e as melhorias de forma a redução das demandas principalmente de energia, água, aquecimento e climatização, além da otimização dos sistemas que compõem a edificação.

7.3.5. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS

I - Os Projetos Executivos deverão obedecer ao padrão utilizado pelo CFMV.

7.3.5.1. Apresentação Gráfica

I - Ao término de cada etapa de projeto, a CONTRATADA deverá apresentá-los em meio eletrônico como CD ou DVD, em formato “*.dwg” compatível com Autocad 2010. Não serão aceitos arquivos do tipo “*.dxf”. Será entregue ainda DUAS cópias plotadas em papel sulfite com densidade de 75 g/m2, dobradas.

II - Além disso, ao término de cada Projeto Executivo, a CONTRATADA deverá apresentar Memorial Descritivo detalhado contendo a metodologia de cálculo adotada, as especificações de materiais e serviços, os orçamentos sintéticos e analíticos contendo os quantitativos e as composições de preços unitários – CPU’s, bem como os estudos de viabilidade técnica, laudos técnicos, pareceres e vistorias que se fizeram necessários à elaboração e ao entendimento dos referidos projetos.

III - Os textos e planilhas deverão ser entregues em formato “*.doc” e “*.xls” compatível para leitura no Microsoft Office, de forma que permitam leitura total e sem problemas dos arquivos pelos softwares Word e Excel (Microsoft), em Compact CD ou DVD, juntamente com uma cópia impressa.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

IV - A etiqueta/rótulo do CD ou DVD deverá conter as seguintes informações: pavimento, título do projeto, especialidade do projeto, nome do Contratado com as descrições e símbolos oficiais, bem como o nome dos arquivos nele contidos.

V - As identificações dos “layers” devem ser criadas de acordo com a necessidade e para cada tipo de levantamento, conforme identificações nas legendas. Em cada projeto executivo, cada pavimento deverá corresponder a um único arquivo eletrônico.

VI - As plantas em papel sulfite, assim como as discriminações técnicas, deverão ser entregues em uma pasta plastificada com identificação do pavimento, título(s) do(s) projeto(s), especialidade(s) do projeto(s) e nome do Contratado.

VII - O carimbo deverá ser o do CONTRATANTE – será disponibilizado pela equipe de fiscalização, com 18,5cm de largura, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome do cliente (CFMV);
- título do projeto (Edifício Sede);
- identificação do projeto: etapa de execução, atividade técnica e codificação;
- especialidade do projeto (Projeto Arquitetônico, Paisagismo etc.);
- assunto da prancha (Pav. térreo - Planta baixa);
- endereço do imóvel;
- nome/CAU do(s) projetista(s) (com endereço e telefone da empresa) e assinatura;
- campo para assinatura do proprietário (signatário do CONTRATANTE);
- nº da prancha e quantidade de pranchas (01/05);
- escala de plotagem do desenho (1:100, 1:50, 1:20 etc.);
- data de conclusão do projeto (mês e ano);
- número de revisão (00).
- demais dados pertinentes.

VIII - Deverá ser colocado no arquivo de desenho, fora da área da prancha, uma tabela com a relação de cores e espessuras de pena, escala de plotagem, tamanho da prancha e o software utilizado, bem como a sua versão.

IX - O tamanho das pranchas deverá obedecer à seguinte tabela:

Símbolo Largura x Altura	Formato (mm)	Formato Padronizado
1 x 1	210 x 297	A4
2 x 1	420 x 297	A3
3 x 1	630 x 297	
4 x 1	840 x 297	
1 x 2	210 x 594	
2 x 2	420 x 594	A2



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

3 x 2	630 x 594	
4 x 2	840 x 594	A1
1 x 3	210 x 891	
2 x 3	420 x 891	
3 x 3	630 x 891	
4 x 3	840 x 891	
1 x 4	210 x 1188	
2 x 4	420 x 1188	
3 x 4	630 x 1188	
4 x 4	840 x 1188	A0

X - Os desenhos deverão ser entregues, em cada uma das fases de desenvolvimento, sempre em 02 (duas) vias;

XI - Todos os documentos técnicos (desenhos, textos, etc.) deverão ser entregues, conforme subitem anterior, em vias impressas, sendo que os desenhos deverão ser plotados;

XII - Os arquivos digitais em CAD deverão ser entregues em formato de desenho em 2D, ou 3D se for necessário, extensão DWG, com tabela de espessura de penas em PDF e PLT;

XIII - Os documentos técnicos de cada um dos projetos deverão ser agrupados em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.

XIV - Os desenhos de cada projeto deverão ser numerados sequencialmente e conter indicação do número total de pranchas que compõem o conjunto.

XV - Será utilizado como critério de aferição de serviços o conjunto de projetos executivos de cada instalação completos e entregues em mídia e em versão impressa, devendo ser atestados conforme planejado e avaliado no Cronograma Físico-Financeiro.

7.3.5.2. Documentação Técnica

I - Memórias de Cálculo: documentos que relatarão todas as etapas e hipóteses de cálculo utilizadas na elaboração de todos os projetos executivos de arquitetura e demais,

II - Catálogos, manuais técnicos e amostras: documentos que especificarão todos os materiais e equipamentos em todos os projetos executivos, devendo ser descritos e possuir equivalência de primeira linha de fabricação de acordo com a natureza da edificação;

III - Especificações de execução de ensaios de desempenho e entrega dos sistemas com fornecimento de materiais e equipamentos selecionados e respectivos testes de fábrica a serem requeridos; e

IV - Elaboração de planilha de materiais e serviços com quantidades de equipamentos, componentes e insumos para a implantação das instalações e sistemas.

V - Os projetos executivos sempre serão complementados com documentação técnica necessária ao perfeito entendimento das soluções previstas assim definidas:

VI - Caderno de Encargos, Especificações Técnicas e Memorial Descritivo por disciplina/projeto: documento que deverá abordar as obrigações da CONTRATADA (executor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

da obra) e do CONTRATANTE, a caracterização e detalhamento dos materiais, componentes, equipamentos e serviços a serem utilizados nas obras objetivando o melhor desempenho técnico, não sendo aceitos especificações superficiais e que não retratem a realidade do objeto contratado. Além da descrição do processo de execução dos serviços envolvendo todos os projetos executivos, equipamentos, materiais, instalações e sistemas.

VII - O Memorial Descritivo deve apresentar todas as características da edificação proposta no Projeto, com as especificações técnicas dos materiais e equipamentos empregados em cada serviço e seus respectivos locais de aplicação, além das referências às Normas Técnicas a serem consultadas para a metodologia de execução dos serviços da Obra;

VIII - Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

IX - As especificações técnicas deverão ser elaboradas de conformidade com as Normas do INMETRO e Práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos no Projeto;

X - As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo Projeto, bem como para a contratação da obra;

XI - Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global;

XII - Deverão ser utilizadas o máximo de peças e componentes intercambiáveis possíveis;

XIII - As especificações técnicas deverão considerar as condições locais em relação ao clima e técnicas construtivas a serem utilizadas;

XIV - As especificações técnicas não poderão reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento;

XV - A utilização de especificações padronizadas deverá limitar-se às especificações que somente caracterizem materiais, serviços e equipamentos previstos no Projeto;

XVI - As especificações técnicas de soluções inéditas deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelo Projeto, através de testes, ensaios ou experiências bem sucedidas, a juízo da CONTRATANTE;

XVII - As especificações serão elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico e energético, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil do componente da edificação;

XVIII - Se a referência de tipo ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do componente da edificação, a especificação deverá indicar, no mínimo, três alternativas de aplicação e conterá obrigatoriamente a expressão “ou equivalente”, definindo com clareza as características e desempenho técnico requerido pelo projeto, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes.

XIX - Os itens da etapa “Projetos executivos e documentação técnica” serão medidos após todos os itens desta etapa forem entregues, analisados e considerados aceites pela fiscalização.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

7.3.5.3. Apresentação de Documentos

I - A documentação técnica que representa o projeto como um todo é composta de elementos gráficos diferenciados, como desenhos, planilhas, textos, cronogramas, etc., que deverão ser produzidos e apresentados, de acordo com a sua especificidade, conforme as normas técnicas estabelecidas e as disposições do CFMV;

II - O Memorial Descritivo será elaborado em formato texto, extensão DOC, e com as seguintes especificações:

- Tamanho do papel: A4;
- Fonte: Arial;
- Tamanho da fonte: 11 pontos;
- Espaçamento entre linhas: 1,5 linhas;
- Margens: esquerda e direita = 2,5 cm, superior e inferior = 1,5 cm;
- Cabeçalho e Rodapé: 1,0 cm;
- Páginas numeradas no rodapé com caracteres centralizados.

III - A Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro serão elaboradas em formato de planilha eletrônica, extensão XLS, e com os valores financeiros contendo apenas 02 (duas) casas decimais. Deverão constar no cabeçalho o nome da CONTRATANTE, obra, local e data.

IV - A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE cópia dos arquivos originais correspondentes a todos os documentos técnicos produzidos nas diversas fases do projeto, devidamente relacionados e identificados, **sempre impressos em duas cópias**.

V - Os documentos técnicos de cada um dos projetos deverão ser agrupados em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.

VI - Os desenhos e demais documentos técnicos deverão obedecer aos formatos e normas de representação previstas na ABNT e deverá ser indicada, para cada projeto, a simbologia utilizada.

VII - A CONTRATANTE poderá exigir o desenvolvimento de todos os detalhes que julgar convenientes para a perfeita caracterização do projeto.

VIII - Tanto os desenhos como as especificações de cada um dos projetos complementares, deverão ser perfeitamente compatibilizados com aqueles correspondentes aos demais projetos.

7.3.6. ETIQUETAGEM ENERGÉTICA DA EDIFICAÇÃO

I - Em continuidade aos estudos iniciados na etapa anterior, os projetos e produtos apresentados deverão contemplar a aplicação do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C, elaborado e revisado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, bem como o conteúdo da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obra pela Administração Pública Federal direta,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

autárquica e fundacional e dá outras providências, bem como a Instrução Normativa 02 de 04 de junho de 2014.

II - O Objetivo é obter a Etiqueta Nacional de conservação de Energia (ENCE - A) e tornar a edificação o mais eficiente possível, sem prejuízo do conforto dos usuários. Busca-se, no final, uma operação mais sustentável, autônoma, inteligente e otimizada, que cause menor impacto ao meio ambiente.

III - A proposta de projeto deverá ser o mais abrangente possível, de forma a incorporar o máximo de soluções disponíveis, sempre justificadas através de estudos de viabilidade e custo x benefício.

IV - A CONTRATADA deverá elaborar toda a documentação necessária, conforme formulários de solicitação de Etiquetagem do RAC - Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações do INMETRO. Deverá também apresentar as análises, seja através do método prescritivo e/ou a simulação computacional, a seu critério, desde que garantida a obtenção da etiqueta geral nível "A".

V - Almeja-se, dentre os descritos anteriormente, obter os seguintes benefícios:

Econômicos

- Diminuição dos custos operacionais
- Modernização e menor obsolescência da edificação

Sociais

- Melhora na segurança e priorização da saúde dos trabalhadores e ocupantes
- Conscientização de trabalhadores e usuários
- Aumento da produtividade do funcionário
- Incentivo a fornecedores com maiores responsabilidades socioambientais
- Aumento da satisfação e bem estar dos usuários

Ambientais

- Uso racional e redução da extração dos recursos naturais
- Redução do consumo de água e energia
- Ocupação e distribuição do espaço consciente e ordenada
- Redução, tratamento e reuso dos resíduos da construção e operação.

7.3.7. ORÇAMENTO DA OBRA

I - A fase de orçamento deverá contemplar:

A - Desenvolvimento de caderno de Composições de Custos Unitários (CCU's), de planilhas orçamentárias e de cronogramas físico-financeiros, de acordo com as prescrições contidas nos arts. 7º, § 2º, II, 43, IV, e 48, da Lei no 8.666, de 1993, e suas alterações, Súmulas nos 254, 258 e 259 do TCU e nos Acórdãos nos 325/2007 TCU - Plenário, 1.746/2009 TCU - Plenário, 2.057/2006 TCU - Plenário e 2.369/2011 TCU - Plenário para os projetos definidos neste Caderno.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

B - Discriminação Orçamentária de todos os serviços propostos com suas respectivas unidades de medida em Planilha Orçamentária, que deverão abranger todos os projetos executivos, não sendo aceitos unidades de medida genéricas tais como “verba - vb” ou “ponto - pt”;

C - Levantamento de Quantidades de todos os serviços propostos, comprovados analiticamente através de memórias de cálculo, devendo os projetos trazer a identificação dos elementos;

D - Elaboração de Composição de Custos Unitário para todos os serviços descritos em Planilha Orçamentária, devendo estar em consonância com os Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI da Caixa Econômica Federal ou Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos – TCPO da PINI ou outra tabela, desde que esta seja aceita com uma Tabela de Referência ;

E - Elaboração da Composição da Taxa de Encargos Sociais ou Leis Sociais pertinentes a localidade, e que deverá ser aberta, demonstrando todos os seus cálculos grupo a grupo;

F - Elaboração da Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas, a qual deverá explicar cada item da composição que culminou no resultado final (composição aberta e com memorial justificativo);

G - Os preços apresentados em Planilha Orçamentária, deverão tomar como parâmetro os custos unitários de materiais e serviços iguais ou menores que o 1º. quartil constantes do SINAPI/CEF – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal, e, subsidiariamente, do CFMV. Nos casos em que as referências não oferecerem esses custos poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabelas de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Na ausência de materiais e serviços com esses parâmetros, poderão extraordinariamente ser aceitos parâmetros provenientes de outros sistemas técnicos ou publicações de coleta de preços (ex.: TCPO/PINI – Tabela de Composição de Preços para Orçamento / Editora Pini), ou mesmo pesquisas de mercado com no mínimo três propostas válidas por material ou serviço, apresentado em papel, fax ou mensagem eletrônica com a identificação do fornecedor (Razão Social da empresa, CNPJ, data de apresentação da proposta, data de validade), sempre na região de execução dos serviços;

H - A Planilha Orçamentária deverá ser apresentada tanto de forma sintética como analítica devendo possuir indicação da referência de cotação de preços e a época da coleta de preços e deverá separar as parcelas de materiais e de mão-de-obra;

I - A relação de itens para orçamento deverá ser única para todos os projetos executivos e deverão conter a Etapa, a Atividade, e o Serviço com unidade e quantidade.

II - No cabeçalho deverá constar o Cliente, Obra, Local, Data, Mês de referência e o valor total orçado em Reais.

III - Todas as folhas da Planilha Orçamentária deverão ser rubricadas pelo(s) responsável(eis) técnico(s) pela sua execução com exceção da última folha que deverá ser assinada e receber



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

carimbo com nome, formação profissional, especialidade e número do registro no Conselho Regional de Classe.

IV - Deverá ser apresentada a memória de cálculo contendo as quantidades totais utilizadas no orçamento;

V - O orçamento detalhado do custo da obra sempre será separado em reformas e ampliações, e quando destes existirem várias edificações distintas, estas também receberão o mesmo tratamento;

VI - A Planilha Orçamentária deverá apresentar as seguintes informações:

- Discriminação dos serviços;
- Quantitativo de cada serviço;
- Custo unitário dos serviços;
- Custo total de cada serviço;
- Identificação e discriminação do BDI utilizado;
- Discriminação dos materiais;
- Custo unitário e total dos materiais;
- Discriminação e quantificação da mão de obra necessária.

7.3.8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA

I - O cronograma físico deve ser apresentado em duas formas: uma em PERT/CPM e outra em um Diagrama de GANTT devendo ser detalhado ao nível de atividades, não se restringindo às etapas.

II - Deve ser apresentado quantitativo de mão-de-obra (por especialidade) e de equipamentos para execução dos serviços, mês a mês, com base nas composições de preços e no cronograma físico.

III - O cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado com base no cronograma físico e considerando o nível e valores das atividades, e os períodos previstos para medição dos serviços, definido como mensal, devendo ser apresentado por meio de programas com metodologia de gerenciamento de obras (Ex: MS-Project e outros) com interface com o programa Office Excel.

IV - O Cronograma Físico-Financeiro deve apresentar a previsão de gastos mensais com cada uma das etapas da Obra, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma;

V - Este Cronograma deve conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total da Obra, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada;

VI - Para a elaboração do Cronograma Físico-Financeiro é importante realizar um estudo do processo de implantação do Programa proposto para definição do tempo disponível para a realização da Obra;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

7.3.9. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.3.9.1. O prazo total para realização dos serviços será em dias corridos, determinado pela data de vigência do contrato a ser publicado no Diário Oficial da União – DOU, sendo seu início a partir da emissão de Ordem de Serviço.

7.3.9.2. Para o início dos serviços se obriga a CONTRATADA a trabalhar com corpo técnico de profissionais citado no atestado de capacidade técnica apresentado no processo de licitação. Não será permitida a participação de outros profissionais sem o consentimento da Fiscalização.

7.3.9.3. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade de estabelecer os contatos com o CONTRATANTE para dar início aos trabalhos.

7.3.9.4. Fica determinado que a sede do CONTRATANTE na cidade de Brasília/DF será o local para realização de todas as reuniões aonde serão apresentados os trabalhos desenvolvidos, as entregas dos produtos e subprodutos, bem como serão efetuadas as análises do projeto pela equipe de fiscalização. As reuniões semanais tem o objetivo de garantir à fiscalização o controle adequado e mensuração do andamento dos trabalhos. Demais reuniões para tratar dos projetos poderão e serão agendadas, podendo durar quantos dias forem necessários para o esclarecimento dos assuntos tratados.

7.3.9.5. Os serviços a serem desenvolvidos consistem em estudos e projetos de engenharia e arquitetura englobando desde o levantamento cadastral, estudos preliminares, anteprojetos, projeto básico, aprovação dos projetos legais, até o desenvolvimento de projetos executivos completos para execução das obras de reforma, modernização e ampliação do Edifício Sede do CFMV. Além disso, os serviços envolvem a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica, orçamentos, levantamento de quantidades de insumos e serviços, composição de preços unitários, cronogramas físico-financeiros, especificações, vistorias, laudos técnicos e pareceres.

7.3.9.6. Todo e qualquer serviço complementar, visando à entrega dos serviços em perfeitas condições de encaminhamento ao procedimento de licitação para construção, de acordo com a legislação municipal, estadual e federal e normas da ABNT necessárias à concepção dos projetos, deverão ser previstos e executados pela CONTRATADA.

7.3.9.7. A entrega do serviço não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil).

7.3.9.8. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa realização e eficiência dos serviços e projetos que efetuar, de acordo com o presente Termo de Referência, Edital e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

7.3.9.9. A CONTRATADA também assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem por ela propostos e aceitos pelo CONTRATANTE, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

7.3.9.10. Após a entrega e aprovação final dos projetos executivos, a propriedade patrimonial destes pertencerá definitivamente ao CONTRATANTE.

8 - PRAZOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

8.1. O prazo global para execução dos projetos é de **180 (cento e oitenta)** dias corridos, contados a partir da emissão da assinatura do Contrato, não sendo computados os prazos necessários para análise e aprovação da CONTRATADA.

8.2. O cronograma de execução abaixo visa contemplar as diferentes etapas dos serviços que serão executados, discriminando os períodos estimados de tempo necessário para cada fase. A CONTRATADA, a seu critério, poderá apresentar novo cronograma de trabalho para aprovação da Fiscalização, em até **10 (dez)** dias da assinatura do contrato, desde que mantendo o **prazo global de execução estipulado no item anterior**.



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
	DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO	PRAZO TOTAL ESTIMADO PARA CONCLUSÃO DE CADA FASE					
		30 DIAS	30 DIAS	30 DIAS	30 DIAS	30 DIAS	30 DIAS
		DETALHAMENTO DOS PRAZOS					
FASE 01	Elaboração do Programa de Necessidades / Levantamentos As built e Cadastrais, Estudo Preliminar						
1.1	Elaboração do Programa de Necessidades / Levantamentos As built e Cadastrais						
1.2	Estudo Preliminar Completo						
FASE 02	Anteprojetos / Projeto Legal						
2.1	Anteprojeto Completo						
2.2	Projeto Legal Completo						
FASE 03	Projeto Básico						
3.1	Projeto Básico Completo						
FASE 04	Projeto Executivo						
4.1	Projeto Executivo Completo						
	Cadernos de Encargos e Especificações						
	Planilha Orçamentária Detalhada						
	Cronograma Físico Financeiro						
	Documentação Técnica						
4.2	Etiquetagem Energética						



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

8.3. Durante a etapa de aprovação dos projetos legais a contagem dos prazos poderá ser suspensão, devendo a CONTRATADA acompanhar o processo de aprovação e atender às exigências legais no menor tempo possível, estando a etapa integralmente concluída somente após a entrega de todos os projetos aprovados nos respectivos órgãos de fiscalização.

8.4. Simultaneamente a etapa de aprovação dos projetos, que depende de terceiros, a CONTRATADA deverá continuar o desenvolvimento das demais etapas de projeto.

8.5. A FASE 01 será executada em até 60 (sessenta) dias, sendo iniciada após a 1ª Reunião entre a CONTRATADA e a equipe do CFMV, para se levantar as informações básicas para elaboração do Programa de Necessidades e definição do escopo de projeto prevendo a definição e validação do cronograma de execução.

8.6. A FASE 02 será executada em até 60 (sessenta) dias, após concluída a 1ª FASE de execução.

8.7. A FASE 03 correrá simultaneamente à FASE 02 e será executada em até 60 (sessenta) dias, após concluída a 1ª FASE de execução, excetuando o período necessário a aprovação dos Projetos Legais por terceiros, que poderá correr simultaneamente a execução da FASE 04.

8.8. A FASE 04 será executada em até 60 (sessenta) dias, após concluída a 3ª FASE de execução, excetuando o período necessário a aprovação dos Projetos por terceiros.

8.9. Durante o período necessário à aprovação dos projetos pela CONTRATANTE, a contagem de prazo pode ficar suspensa ou prorrogada através de aditivo contratual.

8.10. Durante o período necessário à aprovação dos projetos nos respectivos órgãos oficiais, a contagem de prazo pode ficar suspensa ou prorrogada através de aditivo contratual.

8.11. Caso considere pertinente, a CONTRATADA poderá adiantar o início da elaboração de determinados projetos, desde que não dependam de pré-requisitos de aprovação pela CONTRATANTE e também legais, sendo que ao final dos serviços todos os projetos deverão estar devidamente compatibilizados.

8.12. Faz parte do escopo dos serviços a realização de reuniões semanais de trabalho, conforme cronograma de projetos, para acompanhamento do desenvolvimento dos projetos, podendo, se necessário, incluir mais ou menos reuniões, com emissão de parecer técnico de cada especialidade e apresentação com a presença da Fiscalização e do projetista autor de cada especialidade de projeto.

8.13. A critério do CFMV, por seu único e exclusivo interesse, a CONTRATADA poderá vir a ser formalmente comunicada da dispensa parcial da prestação de serviços no período de recesso do órgão.



Serviço Público Federal
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

9- DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (PLANILHA DE CRONOGRAMA FINANCEIRO)

9.1. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 647.647,65 (seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos)**, já incluídos o fornecimento de materiais e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, lucro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos de administração, taxas de aprovação, serviços e outras despesas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução deste objeto.

9.2. A composição dos custos estimados para cada fase de execução está demonstrada na planilha abaixo, já incluído o BDI:

PLANILHA DE CRONOGRAMA FINANCEIRO			
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO		UNID / PERCENTUAL %	PREÇO TOTAL DO ITEM
FASE 01	Elaboração do Programa de Necessidades / Levantamentos As built e Cadastrais, Estudo Preliminar		
1.1	Elaboração do Programa de Necessidades / Levantamentos As built e Cadastrais	Serv. 5%	R\$ 32.382,38
1.2	Estudo Preliminar Completo	Serv. 10%	R\$ 64.764,77
Preço do Subtotal da fase			R\$ 97.147,15
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO		UNID / PERCENTUAL %	PREÇO TOTAL DO ITEM
FASE 02	Anteprojetos / Projeto Legal		
2.1	Anteprojetos Completos	Serv. 10%	R\$ 64.764,77
2.2	Entrega do Projeto Legal de Arquitetura e protocolo junto à CAP	Serv. 10%	R\$ 64.764,77
2.3	Entrega dos Projetos Legais Complementares e protocolos	Serv. 10%	R\$ 64.764,77
2.4	Aprovação de todos os Projetos Legais aprovados	Serv. 5%	R\$ 32.382,38
Preço do Subtotal da fase			R\$ 226.676,68
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO		UNID / PERCENTUAL %	PREÇO TOTAL DO ITEM
FASE 03	Projeto Básico		





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

3.1	Projeto Básico Completo	Serv. 20%	R\$ 129.529,53
	Preço do Subtotal da fase		R\$ 129.529,53
	DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO	UNID / PERCENTUAL %	PREÇO TOTAL DO ITEM
FASE 04	<u>Projeto Executivo</u>		
4.1	Projeto Executivo Completo Cadernos de Encargos e Especificações Planilha Orçamentária Detalhada Cronograma Físico Financeiro Documentação Técnica	Serv. 20%	R\$ 129.529,53
4.2	Etiquetagem Energética	Serv. 10%	R\$ 64.764,77
	Preço do Subtotal da fase		R\$ 194.294,30
	VALOR GLOBAL ESTIMADO		R\$ 647.647,65

9.3. A proposta apresentada deverá conter o detalhamento de todos os custos para cada fase de execução, **sendo obrigatoriamente respeitadas as porcentagens para cada uma das fases**, bem como não poderá ser superior ao valor global estimado.

10 - FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Pelo objeto a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global fixo e irrevogável de R\$ _____ (xxxxxxxxxxxxxxxx reais), de forma parcelada ao final de cada fase, sendo observado o cronograma de execução, tendo como custo para cada etapa os seguintes valores:

10.1.1. Primeira parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 1.1 da Fase 1, representando 5% do valor total do contrato;

10.1.2. Segunda parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 1.2 da Fase 1, representando 10% do valor total do contrato;

10.1.3. Terceira parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 2.1 da Fase 2, representando 10% do valor total do contrato;

10.1.4. Quarta parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 2.2 da Fase 2, representando 10% do valor total do contrato;

10.1.5. Quarta parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 2.3 da Fase 2, representando 10% do valor total do contrato;

10.1.6. Quarta parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 2.4 da Fase 2, representando 5% do valor total do contrato;

10.1.7. Quinta parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 3.1 da Fase 3, representando 20% do valor total do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

10.1.8. Sexta parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 4.1 da Fase 4, representando 20% do valor total do contrato;

10.1.9. Sétima parcela de R\$ **xx.xxx,xx**, referente a entrega do item 4.2 da Fase 4, representando 10% do valor total do contrato;

10.2. O pagamento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil após **ATESTO** do gestor do projeto e do consultor responsável pela Fiscalização do contrato mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, devendo ser emitida e entregue em duas vias acompanhadas dos comprovantes de regularidade fiscal, fundiária e previdenciária, documentação esta que pode ser substituída, a critério da CONTRATANTE, pela verificação junto ao SICAF.

10.2.1. Ao final de cada fase da execução contratual, a CONTRATADA apresentará nota fiscal com os valores condizentes a etapa de execução efetivamente concluída.

10.2.2. Sendo constatada alguma incorreção na nota fiscal/fatura, a CONTRATANTE, no prazo de até 03 (três) dias úteis, mediante indicação do motivo que possibilite a correção do erro, devolverá o documento.

10.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do serviço, podendo ser o valor devido utilizado para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA.

10.3. Respeitado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, os encargos previdenciários e fiscais serão retidos na fonte pela CONTRATANTE.

10.4. Não será aceito parcela a título de adiantamento, somente pagamentos por serviços executados e produtos entregues e aprovados.

10.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.5.1. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA;

10.5.2. A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nos serviços aprovados pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5.3. O pagamento da fatura está condicionado ao término completo dos serviços, além dos itens a seguir:

- a) Aprovação, da Fiscalização, dos produtos apresentados pela CONTRATADA;
- b) Apresentação dos Registros e das Anotações de Responsabilidade Técnica de todos os projetos, quitadas;





Serviço Público Federal
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- c) Entrega das cópias em meio físico e digital de todo e qualquer projeto e documento referente às etapas dos serviços constantes no Cronograma Físico-Financeiro (Item 8).

11 - FISCALIZAÇÃO

11.1. A CONTRATANTE manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, fiscal oficialmente designado pelo CFMV, que promoverá a Fiscalização da sua execução e o seu prazo, atestando a fatura de serviço ao seu final;

11.2. A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

- Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace a ação da Fiscalização;
- Verificar se está sendo colocado à disposição dos trabalhos a equipe técnica prevista na proposta e sucessivo contrato de execução dos serviços;
- Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Estudo Preliminar, bem como nas demais informações e instruções complementares deste Termo de Referência, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Termo de Referência;
- Verificar e aprovar as soluções propostas nos projetos quanto a sua adequação técnica e econômica de modo a atender às necessidades da CONTRATANTE;
- Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- Encaminhar à CONTRATADA os comentários efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
- Receber a documentação final do Projeto, verificando o atendimento aos comentários efetuados e a apresentação de todos os documentos previstos.

11.3. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à Fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes do objeto e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

11.4. Os representantes da Fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso a todos os locais onde estejam sendo realizados os trabalhos, relacionados com o objeto da licitação, inclusive, mediante prévia autorização de representante da CONTRATADA, nas dependências de sua empresa.

11.5. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos serviços, mediante comunicação da Fiscalização, sempre que:

- a) assim estiver previsto e determinado no Instrumento Convocatório ou no Contrato;



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

b) for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do Instrumento Convocatório e de acordo com as presentes especificações;

c) houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da Fiscalização, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e

d) a Fiscalização assim o determinar ou autorizar formalmente.

11.6. A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam subempreiteiros, fornecedores, fabricantes ou outros profissionais e empresas envolvidos com os serviços relativos a esta contratação.

Brasília, 28 de novembro de 2016.

Márcio Henriques de Souza
Arquiteto/Consultor
CAU A 18994-4



CFMV
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
SISTEMA CFMV/CRMVs

SIA - TRECHO 6, LOTES 130 E 140 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA-DF
TELEFONE: +55 (61) 2106-0400 - FAX: +55 (61) 2106-0444
CFMV@CFMV.GOV.BR - WWW.CFMV.GOV.BR